

ANEXO

ALGUNS TRABALHOS REALIZADOS
PELO SOCIÓLOGO OSMAR SETTE
PARA A FUNDAÇÃO IBGE-1975/76

Í N D I C E

- Estudo Nacional da Despesa Familiar
Plano Preliminar de Tabulação 1
- Análise Sócio-Econômica
Mão-de-Obra e Salário - PNAD-73 2
- Análise Sócio-Econômica (2ª parte)
Mão-de-Obra e Salário - PNAD-73 3
- Aspectos da Migração Interna no Brasil 4
- Análise Sócio-Econômica
Frequência Escolar - PNAD-73 5
- Algumas considerações sôbre a
Análise da PNAD-73 6
- Alguns aspectos sôbre a inclusão do
princípio classificatório " cor " na
PNAD-76 6

FUNDAÇÃO IBGE
Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares

ESTUDO NACIONAL DA
DESPESA FAMILIAR

PLANO PRELIMINAR DE TABULAÇÃO
(sugestões)

OSMAR SETTE
analista especializado

fevereiro-1975

índice

Introdução.....	1
Detalhamento do trabalho.....	3
Alimentação e Nutrição.....	3
Orçamentos Familiares	
• renda.....	20
• despesa.....	28
• poupança.....	35
Considerações Finais.....	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade, apresentar algumas sugestões para um Plano Preliminar de Tabulação do ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar.

Acreditamos ser de fundamental importância que se divulgue, a curto prazo, aos Órgãos interessados e mesmo à população, pelo menos parte do enorme acervo de dados que a Pesquisa irá proporcionar.

Sabemos que a forma planejada para o armazenamento dos dados obtidos, ou seja, o Banco de Dados, foi norteada por técnicas modernas e eficazes.

Entretanto cabe ressaltar que, tendo em vista a complexidade da Pesquisa em todas suas fases como consequência de sua própria dimensão, é de se esperar uma maior demanda de tempo para que o sistema de informações se implante de forma definitiva, para atender aos objetivos a que se propõe.

Por outro lado, uma matriz de tabulações possibilitaria o cruzamento de diversos dados, ainda que trimestrais, facilitando ao usuário, de imediato, o conhecimento de determinados enfoques da Pesquisa, reflexo atual da própria realidade do País.

Outrossim, queremos reafirmar o caráter extremamente limitado do trabalho que ora propomos, a título exclusivo de sugestão, uma vez que os meios ao nosso alcance são pequenos.

Se as sugestões que ora fazemos forem 'aceitas, propomos, ainda, se for do interesse do serviço, a criação de uma equipe de técnicos com formação 'em sociologia, economia, estatística e nutrição, para' desenvolver um plano tabular mais aprimorado e completo.

Esta equipe necessitaria apenas de tempo para pesquisar, ler, dialogar e refletir, para que' se chegasse a um nível ótimo de resultados, considerando-se a formação e experiência de cada um, bem como as conclusões encontradas pelo grupo.

DETALHAMENTO DO TRABALHO

Elaboramos 30 tabelas, sendo que 12 tratam sobre alimentação e nutrição, e 18 sobre renda e orçamento.

Estas tabelas prevêm a apresentação de dados brutos, com cruzamentos abrangendo, entre outros, o grau de instrução, as classes de renda, os grupos etários, o sexo e o tamanho da família.

Posteriormente, com base nestes cruzamentos, poderá se fazer estudos mais sofisticados com finalidades específicas.

alimentação e nutrição

Organismos internacionais, assim como diversos países, utilizam-se do critério de classificar as Ocupações em 4 categorias: LEVE, MODERADA, PESADA e MUITO PESADA.

Este critério baseia-se, principalmente, no dispêndio de calorias que uma pessoa possa ter, através do esforço físico (trabalho muscular) necessário à execução de suas tarefas, como também ao meio ambiente (exposição ao sol, insalubridade, etc.) onde as exerce.

Esta identificação é importante para se estabelecer um dos componentes que, conjugado com a

idade, peso, altura, clima e estados fisiológicos, irá determinar a ração de alimentos necessária para suprir as necessidades calóricas de uma pessoa.

Esta ração alimentar, se completa e harmônica, indicará as quantidades ideais de proteína, hidrato de carbono, gordura, água, sais minerais e vitaminas que devem ser absorvidas pelo corpo humano em vista das condições acima enumeradas.

Partindo do processo inverso, nós teríamos as quantidades e qualificações dos alimentos consumidos que, analisados como ração alimentar, nos daria os nutrientes fornecidos para cada pessoa.

Comparados com as necessidades calóricas exigidas por cada uma, dependendo de sua idade, peso, altura, clima, atividade corporal, e estados fisiológicos, detectaríamos seu grau de nutrição.

Como podemos observar, a atividade corporal é um dos componentes mais importantes, para que se possa estabelecer as necessidades calóricas de uma pessoa.

Para que possamos estabelecer o tipo de atividade corporal, teríamos que fazer uma análise acurada de cada Ocupação, tendo em vista também a Classe de Atividade em que está enquadrada.

Esta análise deveria levar em conta, entre outros fatores, a quantidade de calorias exigidas para o desempenho de cada ocupação, de forma que

se pudesse estabelecer um padrão médio, que permitisse agrupá-las de forma adequada.

Poderemos obter, por Unidade da Federação, a quantidade de calorias consumidas no desempenho de cada ocupação.

Certamente encontraremos disparidades regionais, resultantes da própria situação sócio-econômica de cada uma delas.

Teríamos, então, uma escala de valores diversos e um padrão médio brasileiro, que poderíamos comparar de "per si" para as Unidades da Federação, e ao todo, para o Brasil, com estudos realizados em outros países.

Em uma análise mais profunda, poderíamos conjugar as condições de higiene e saúde, grau de instrução, moradia e nível de renda da população, com o valor calórico dos alimentos consumidos, e as medidas antropométricas do homem brasileiro.

Obteríamos, desta análise, não só um padrão de calorias necessárias para o desempenho de cada ocupação, como também subsídios para identificar os pontos críticos da realidade sócio-econômica em que vive o homem.

As tabelas I, II e III objetivam conhecer a distribuição da população, considerando-se o tipo de atividade exercida pelas pessoas, segundo o grau de instrução, níveis de renda e grupos etários.

T A B E L A 1

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE E GRAU DE INSTRUÇÃO

TIPO DE ATIVIDADE	TOTAL	GRAU DE INSTRUÇÃO				
		Não Alfa- betizado	Alfa- betizado	Elementar	Médio	Superior
Leve						
Moderada						
Pesada						
Muito pesada						
TOTAL						

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA INDIVIDUAL

TIPO DE ATIVIDADE	TOTAL	CLASSES DE RENDA (CÓDIGOS)								
		01 a 03	04 e 05	06 e 07	08 a 11	12 e 13	14 a 16	17 a 20	21 a 25	26 e mais
Leve										
Moderada										
Pesada										
Muito pesada..										
TOTAL										

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE E CLASSE DE IDADE

CLASSES DE IDADE	TOTAL	TIPO DE ATIVIDADE			
		Leve	Moderada	Pesada	Muito Pesada
10 1-14					
15 1-19					
20 1-24					
25 1-29					
30 1-34					
35 1-39					
40 1-44					
45 1-49					
50 1-54					
55 1-59					
60 1-64					
65 1-69					
70 1-74					
75 1-79					
80 1-84					
85 e mais					

Como o estado fisiológico das pessoas é um dos fatores importantes para se estabelecer suas necessidades calóricas, a Pesquisa procura dar um tratamento especial às mulheres. Assim, procuramos verificar, através da tabela IV, a relação existente entre mulheres não gestantes, gestantes e lactantes com o tipo de atividade por elas exercida.

Nas tabelas V e VI procuramos verificar o nível de instrução e os grupos etários das mulheres, segundo seu estado fisiológico.

Os resultados destas tabelas, se consideradas as Unidades da Federação, Áreas Metropolitanas e Zonas Urbana e Rural, propiciarão, ainda, condições para estudos de ordem sociológica e cultural.

Os objetivos das tabelas VII, VIII, IX e X se prendem a conhecer as necessidades calóricas, os nutrientes fornecidos e o grau de nutrição das pessoas, segundo o tipo de atividade exercida, o nível de instrução e o tamanho da família.

Uma das partes importantes em uma Pesquisa, que aborda aspectos alimentares e nutricionais, é sem dúvida alguma o estudo da população infantil.

Na tabela XI queremos conhecer, apenas, a distribuição desta população segundo o sexo e grupos etários.

Já a tabela XII procura dimensionar a situação nutricional das crianças, segundo sua idade e seu sexo.

T A B E L A 4

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE E ESTADO FISIOLÓGICO

ESTADO FISIOLÓGICO DA MULHER	TOTAL	MULHERES NÃO OCUPADAS	MULHERES OCUPADAS COM ATIVIDADE			
			Leve	Moderada	Pesada	Muito Pesada
Mulher não gestante						
Mulher gestante ...						
Mulher lactante ...						
TOTAL						

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO E ESTADO FISIOLÓGICO

ESTADO FISIOLÓGICO DA MULHER	TOTAL	GRAU DE INSTRUÇÃO				
		Não Alfa- betizado	Alfa- betizado	Elementar	Médio	Superior
Mulher não gestante						
Mulher gestante ...						
Mulher lactante ...						
TOTAL						

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A CLASSE DE IDADE E ESTADO FISIOLÓGICO

CLASSES DE IDADE	TOTAL	ESTADO FISIOLÓGICO DA MULHER		
		Mulher não gestante	Mulher gestante	Mulher lactante
15 -19				
20 -24				
25 -29				
30 -34				
35 -39				
40 -44				
45 -49				
50 -54				
55 -59				
60 -64				
65 -69				
70 -74				
75 -79				
80 -84				
85 e mais				

T A B E L A 7

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO,
SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE E A SITUAÇÃO NUTRICIONAL

SITUAÇÃO NUTRICIONAL	TOTAL		TIPO DE ATIVIDADE								
			LEVE		MODERADA		PESADA		MUITO PESADA		
	Nº de Pes.	Nº de Calor.	Nº de Pes.	Nº de Calor.	Nº de Pes.	Nº de Calor.	Nº de Pes.	Nº de Calor.	Nº de Pes.	Nº de Calor.	
Necessidades caló- ricas											
Nutrientes forne- cidos											
Grau de nutrição..											

* Nº de Pes. = Número de Pessoas

Nº de Calor. = Número de Calorias

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO,
SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO E A SITUAÇÃO NUTRICIONAL

SITUAÇÃO NUTRICIONAL	GRAU DE INSTRUÇÃO												
	TOTAL		NÃO ALFA- BETIZADO		ALFABE- TIZADO		ELEMENTAR		MÉDIO		SUPERIOR		
	Nº de Pes.	Nº de Cal.	Nº de Pes.	Nº de Cal.	Nº de Pes.	Nº de Cal.	Nº de Pes.	Nº de Cal.	Nº de Pes.	Nº de Cal.	Nº de Pes.	Nº de Cal.	
Necessidades Caló- ricas													
Nutrientes Forne- cidos													
Grau de Nutrição..													

T A B E L A 9

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO,
SEGUNDO O TAMANHO DA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO NUTRICIONAL

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº de Componentes)	TOTAL	SITUAÇÃO NUTRICIONAL		
		NECESSIDADES CALÓRICAS	NUTRIENTES FORNECIDOS	GRAU DE NUTRIÇÃO
	Nº de Pessoas	Nº de Calorias	Nº de Calorias	Nº de Calorias
1 pessoa				
2 pessoas				
3 pessoas				
4 pessoas				
5 pessoas				
6 pessoas				
7 pessoas				
8 pessoas				
9 pessoas				
10 pessoas				
11 pessoas				
12 e mais				
TOTAL				

T A B E L A 10

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO NUTRICIONAL E ESTADO FISIOLÓGICO

ESTADO FISIOLÓGICO DA MULHER	TOTAL	SITUAÇÃO NUTRICIONAL		
		NECESSIDADES CALÓRICAS	NUTRIENTES FORNECIDOS	GRAU DE NUTRIÇÃO
		Nº de Pessoas	Nº de Calorias	Nº de Calorias
Mulher não gestante				
Mulher gestante ...				
Mulher lactante ...				
TOTAL				

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTIL,
SEGUNDO O SEXO E IDADE

CLASSES DE IDADE	TOTAL	SEXO	
		Masculino	Feminino
MESES			
De 0 a 3			
4 a 6			
7 a 9			
10 a 12			
ANOS			
De 2 a 4			
5 a 7			
8 a 10			
11 a 14			
TOTAL			

T A B E L A 12

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTIL,
SEGUNDO O SEXO, IDADE E SITUAÇÃO NUTRICIONAL

CLASSES DE IDADE	TOTAIS		S E X O					
			MASCULINO			FEMININO		
	MASCU- LINO	FEMI- NINO	NECESSI- DADES CÁ- LÓRICAS	NUTRIEN- TES FOR- NECIDOS	GRAU DE NUTRI- ÇÃO	NECESSI- DADES CÁ- LÓRICAS	NUTRIEN- TES FOR- NECIDOS	GRAU DE NUTRI- ÇÃO
	Nº de Pessoas	Nº de Pessoas	Nº de Calor.	Nº de Calor.	Nº de Calor.	Nº de Calor.	Nº de Calor.	Nº de Calor.
MESES								
DE 0 a 3 ..								
4 a 6 ..								
7 a 9 ..								
10 a 12 ..								
ANOS								
DE 2 a 4 ..								
5 a 7 ..								
8 a 10 ..								
11 a 14 ..								
TOTAL								

Como já dissemos anteriormente, este trabalho, como simples sugestão, não tem o alcance que seria desejável, para planejar de forma completa a tabulação de uma pesquisa deste porte.

Contudo, acreditamos que as 12 tabelas apresentadas, já poderão fornecer importantes elementos para estudos de maior profundidade.

orçamentos familiares

renda

Em uma Pesquisa de Orçamentos Familiares é fundamental se definir, em primeiro lugar, os tipos de rendimentos.

Assim teremos dois grupos de renda: Renda Monetária e Renda não Monetária.

Na renda monetária consideraremos os rendimentos provenientes do trabalho, tais como, salário, tempo de serviço, gratificação, indenização, etc. e, outros rendimentos, como aluguel, juros, dividendos, pensão, variação patrimonial, etc.

A renda não monetária se caracterizará pelo autoconsumo, doação, retirada do negócio, recebimento em bens e objetos feitos em casa.

Ao total da renda monetária da Unidade de Orçamento, devemos somar as importâncias resultantes da valorização da renda não monetária, para encontrarmos a renda familiar real.

O processo de valorização da renda não monetária, deverá obedecer rigorosamente os preços correntes dos produtos ou serviços na área e período de investigação.

Tendo em vista se obter uma uniformidade na classificação da renda (Tabela XIII) adotamos

T A B E L A 13

CLASSES DE RENDA

Base de Cálculo: Cr\$ 376,80

CÓDIGOS	LIMITES EM SMF		RENDA ANUAL	
	Inferior	Superior	Inferior	Superior
01	0	0,50	0	2.260,800
02	0,51	0,75	2.306,016	3.391,200
03	0,76	1,00	3.436,416	4.521,600
04	1,01	1,25	4.566,816	5.652,000
05	1,26	1,50	5.697,216	6.782,400
06	1,51	1,75	6.827,616	7.912,800
07	1,76	2,00	7.958,016	9.043,200
08	2,01	2,25	9.088,416	10.173,600
09	2,26	2,50	10.218,816	11.304,000
10	2,51	2,75	11.349,216	12.434,400
11	2,76	3,00	12.479,616	13.564,800
12	3,01	3,50	13.610,016	15.825,600
13	3,51	4,00	15.870,816	18.086,400
14	4,01	4,50	18.131,616	20.347,200
15	4,51	5,00	20.392,416	22.608,000
16	5,01	6,00	22.653,216	27.129,600
17	6,01	7,00	27.174,816	31.651,200
18	7,01	8,00	31.696,416	36.172,800
19	8,01	9,00	36.218,016	40.694,400
20	9,01	10,00	40.739,616	45.216,000
21	10,01	12,00	45.261,216	54.259,200
22	12,01	14,00	54.304,416	63.302,400
23	14,01	16,00	63.347,616	72.345,600
24	16,01	18,00	72.390,816	81.388,800
25	18,01	20,00	81.434,016	90.432,000
26	20,01	22,00	90.477,216	99.475,200
27	22,01	24,00	99.520,416	108.518,400
28	24,01	e mais	108.563,616	e mais

o salário mínimo fiscal (SMF) de 1974 para base de cálculo.

Apresentamos 28 grupos de renda anual com seus limites (inferior e superior) em SMF.

Para efeito de cruzamento de outros dados por nível de renda, agregamos diversos grupos da tabela proposta, reduzindo-a a nove classes principais.

Como a Pesquisa abrangerá dois anos, ou seja, um para sua execução, e outro como período de referência, teremos quatro diferentes salários mínimos fiscais no decorrer de sua realização.

Para que pudessemos adotar o SMF de 1974, estudamos a evolução dos salários nos períodos de realização e referência da Pesquisa.

Concluimos que o SMF de 1974, quase se iguala à média ponderada dos quatro salários pelo tempo de vigência de cada um. (Tabela XIV)

A tabela XV nos permitirá saber a renda familiar não monetária, segundo a forma de aquisição de alimentos, serviços e outros bens.

Uma vez definida as classes de renda, é importante definir as classes de família.

Não podemos considerar apenas a classe de renda das famílias, pois estaríamos reunindo famílias de diversos tamanhos. Isto certamente acarretaria uma distorção por incluir Orçamentos Familiares de diferentes tendências.

TABELA 14

MÉDIA DE SALÁRIO NO PERÍODO DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO FISCAL NO MESMO PERÍODO

1973				1974				1975																							
set.	out.	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.								
8 M.				SMT Cr\$ 314,00				7 M.				SMT Cr\$ 376,80				5 M.				(1) SMT Cr\$ 414,50				4 M.				SMT Cr\$ 489,80			

$$\frac{\Sigma 314.0.8 + 376.8.7 + 414.5.5 + 489.8.4}{24} = \underline{\underline{382.51}}$$

23 (1) O abono de 10% (dez por cento) concedido pelo Governo foi considerado no SMF.

TABELA 15

RENDA MÉDIA FAMILIAR NÃO MONETÁRIA,
SEGUNDO A FORMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, SERVIÇOS E OUTROS BENS

ITENS	TOTAL		FORMA DE AQUISIÇÃO							
			AUTO CONSUMO, PESCADO, CAÇA DO, APANHADO OU COLHIDO		DOAÇÃO		RETIRADO DO NEGÓCIO OU RE CEBIMENTO EM BENS		OBJETOS FEI- TOS EM CASA	
	Nº de Pes.	Cr\$	Nº de Pes.	Cr\$	Nº de Pes..	Cr\$	Nº de Pes.	Cr\$	Nº de Pes.	Cr\$
Alimenta- ção										
Serviços e outros Bens ...										
TOTAL ...										

Para podermos obter uma uniformidade de gastos mais homogênea, teremos que comparar famílias ' que dispõem de salários semelhantes para atender a necessidades análogas.

Desta forma, concluimos que o ajustamento cruzado da classe de renda com o tamanho da família, melhora a informação no sentido de proporcionar condições mais condizentes com a realidade. (Tabela XVI)

Julgamos importante que se agregue as ' ocupações segundo os setores da economia a que estão ' afetas.

Obteríamos a participação da população' economicamente ativa em cada setor da economia, bem como sua respectiva distribuição nas diversas classes de renda. (Tabela XVII)

Estes resultados dariam uma visão bastante ampla da situação das pessoas ocupadas, dentro ' da estrutura econômica que integram, dando ensejo a estudos mais aprofundados.

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO O TAMANHO E NÍVEL DE RENDA

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº de Componentes)	TOTAL	CLASSES DE RENDA (EM SMF)								
		Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 e mais
1	$\sum \eta_{1j}$	η^{11}	η^{12}	η^{13}						η^{120}
2	$\sum \eta_{2j}$	η^{21}								
3	$\sum \eta_{3j}$	η^{31}								
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12 e mais										
TOTAL	$\sum_{i=1}^{12} \sum_{j=1}^{20} \eta_{ij}$	$\sum_{i=1} \eta_{i1}$	$\sum_{i=1} \eta_{i2}$							

TABELA 17

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
SEGUNDO OS SETORES DA ECONOMIA E CLASSES DE RENDA

SETORES DA ECONOMIA	TOTAL	CLASSES DE RENDA (EM SMF)								
		Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,00 a 20,00	20,00 e mais
Primário.										
Secundá- rio										
Terciário										
TOTAL ...										

despesa

A distribuição percentual dos gastos familiares, propicia condições para se analisar o comportamento da família, com relação ao emprego de sua renda ou parte dela.

Considerando a própria estrutura de um Orçamento Familiar, a distribuição de seus gastos nos indicará qual o montante de sua renda consumida em necessidades básicas, que poderá estar aquém ou além do mínimo indispensável para sua sobrevivência.

Como indicam as tabelas XVIII, XIX e XX, a despesa familiar está intrinsecamente vinculada à classe de renda da família, bem como ao número de seus componentes.

As despesas familiares, segundo o grau de instrução do Chefe, também poderá nos dar uma visão sobre os hábitos de compra e o padrão de vida da família, condicionada ao nível cultural em que vive.

Um dos itens mais importantes da despesa familiar é, sem dúvida alguma, o gasto com alimentação.

Se verificarmos, apenas, quanto as despesas com alimentação representam do orçamento familiar, vamos incorrer em grave distorção.

Explicamos os motivos desta afirmativa, expondo as seguintes razões:

T A B E L A 18

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS FAMILIARES SEGUNDO A CLASSE DE RENDA

ITENS	CLASSES DE RENDA (EM SMF)									
	Total	Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 e mais
Alimentação										
Despesa com aquisição de produtos não comestíveis e com serviços										
Despesas com higiene e cuidados pessoais, comunicações, medicamentos, limpeza e manutenção do domicílio										
Despesas com artigos de vestuário e de cama e mesa.										
Despesas com moradia e serviços públicos										
Despesas com empregados domésticos.										
Despesas com aquisição de terrenos e casas, construções, reparos e reformas de imóveis										
Despesas com mobiliário e equipamentos domésticos ..										
Despesas com assistência médica ...										
Despesas c/educação										
Despesas com veículos e viagens extraordinárias ...										
Despesas diversas..										
Compras ou pagamentos a prazo										
Despesa da U.O. com objetos feitos em casa										

T A B E L A 19

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS FAMILIARES SEGUNDO O TAMANHO DA FAMÍLIA

ITENS	TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº DE COMPONENTES)												
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12 e mais
Alimentação													
Despesa com aquisição de produtos não comestíveis e com serviços ..													
Despesas com higiene e cuidados pessoais, comunicações, medicamentos, limpeza e manutenção do domicílio													
Despesas com artigos de vestuário e de cama e mesa													
Despesas com moradia e serviços públicos													
Despesas com empregados domésticos													
Despesas com aquisição de terrenos e casas, construções, reparos e reformas de imóveis ..													
Despesas com mobiliário e equipamentos domésticos													
Despesas com assistência médica													
Despesas com educação ..													
Despesas com veículos e viagens extraordinárias													
Despesas diversas													
Compras ou pagamentos a prazo													
Despesa da U.O. com objetos feitos em casa ...													

T A B E L A - 20

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS FAMILIARES SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO

ITENS	GRAU DE INSTRUÇÃO					
	Total	Não Alfa betizado	Alfa betizado	Ele- mentar	Médio	Superior
Alimentação						
Despesa com aquisição de produtos não comestíveis e com serviços ..						
Despesas com higiene e cuidados pessoais, comunicações, medicamentos, limpeza e manutenção do domicílio						
Despesas com artigos de vestuário e de cama e mesa						
Despesas com moradia e serviços públicos						
Despesas com empregados domésticos						
Despesas com aquisição de terrenos e casas, construções reparos e reformas de imóveis ..						
Despesas com mobiliário e equipamentos domésticos						
Despesas com assistência médica						
Despesas com educação ..						
Despesas com veículos e viagens extraordinárias						
Despesas diversas						
Compras ou pagamentos a prazo						
Despesa da U.O. com objetos feitos em casa ...						

a) com exceção dos gastos alimentares, todas as outras despesas estão condicionadas ao mesmo período de referência da investigação de rendimentos. Claro está que, ao nos referir aos rendimentos dos últimos 12 meses, as despesas efetuadas no mesmo período serão condizentes e proporcionais aos ganhos auferidos;

b) Entretanto, os dados relativos à alimentação estão sendo levantados na semana de pesquisa. Se obtivermos o produto destas despesas por 52 semanas do ano, simplesmente estaremos inflacionando os valores encontrados, em relação à renda de um ano atrás.

Desta forma, as despesas alimentares teriam uma participação percentual sobre a renda, muito mais elevada. Isto sem levar em consideração semanas investigadas em períodos especiais, tais como Natal, Ano Novo, Carnaval, etc.

Propomos que se faça, além do método acima comentado, a estimativa com gastos alimentares em um mes, ou seja, sete dias por quatro semanas. Verificaríamos, depois, quanto esta despesa representa sobre a renda familiar do último mes.

Se compararmos os dois índices de participação, certamente o que se refere ao último mes será bem menor.

Assim estaríamos eliminando fatores distorcivos, resultantes da inflação e aumento do custo de vida, mórmente nos gêneros alimentícios, e nos aproximando mais da realidade presente. (Tabela XXI)

TABELA 21

GASTOS COM ALIMENTAÇÃO					
Renda Anual	7 dias X 52 se- manas	%	Renda do último mês	7 dias X 4 se- manas	%

poupança

Consideramos Poupança a diferença entre a renda e as despesas familiares.

A poupança poderá ser positiva ou negativa. Analisando o Quadro 25 (Outros investimentos e dinheiro guardado pelos membros da U.O. nos últimos doze meses) concluímos que, a rigor, seu objetivo seria o de registrar, apenas, o destino da poupança.

Está lógico que o total das importâncias lançadas no Quadro 25, deveria ser igual ao saldo do balanço Receitas menos Despesas.

No entanto, analisando alguns cadernos, pudemos constatar que o total das importâncias lançadas no Quadro 25, eram superiores à poupança familiar.

Elaboramos algumas hipóteses, tentando encontrar uma explicação razoável para o problema.

a) Se o informante superestimou a Receita e a Despesa ou as tenha subestimado, o balanço orçamentário não sofreria alterações;

b) é pouco provável que o informante superestime a Receita e subestime a Despesa. Mesmo assim isto não traria grande influência ao Quadro 25, no aspecto que mencionamos;

c) caso a despesa tenha sido superestimada em relação à renda, o que às vezes ocorre com famílias de condição econômica mais baixa, (constrangimento diante da pesquisadora) teríamos apenas uma poupança negativa;

d) a receita poderia ter sido substituída e o Quadro 25 ser respondido corretamente. Mas se o informante altera as informações sobre rendimentos, por que iria dizer a verdade sobre a aplicação de seu capital ou sua reserva bancária?

Como podemos observar o problema é de difícil solução. Os motivos desta ocorrência poderiam ser, também, os seguintes:

a) A família fez investimentos, dentro do período de referência da pesquisa, mas com capital acumulado fora deste período. Portanto, fugindo aos objetivos de uma Pesquisa de Orçamentos Familiares, se registrados no Quadro 25 ;

b) os registros concernentes às despesas e receitas estão corretos. Os registros do Quadro 25 estão errados;

c) os registros do Quadro 25 estão certos, e todos os outros errados.

Diante disto, propomos que seja verificada a frequência deste tipo de problema.

Partindo do principio que todas as informações estão relativamente corretas, teríamos a poupança independentemente da existência do Quadro 25.

Não obstante, acreditamos que o assunto merece um cuidadoso estudo, principalmente se esta ocorrência for frequente e a análise de "per si" para cada caderno impraticável.

A tabela XXII se propõe apresentar a capacidade de poupança da população.

Teríamos a poupança em termos percentuais sobre a renda familiar, relacionada com duas variáveis independentes: classe de renda e tamanho da família. Como já falamos anteriormente, o ajustamento cruzado destas duas famílias de curvas, melhoraria sobremaneira a informação.

As tabelas XXIII, XXIV e XXV visam apresentar o inventário dos bens duráveis, segundo as classes de renda, o ano e a forma de aquisição dos mesmos.

O objetivo das tabelas XXVI, XXVII e XXVIII é dar uma idéia da situação habitacional do País, apresentando a distribuição das famílias que moram em casa própria, alugada, cedida e outras, segundo as classes de renda e o número de seus componentes.

TABELA 22

CAPACIDADE DE POUPANÇA

PERCENTUAIS DE RENDA FAMILIAR SATISFEITAS PELA POPULAÇÃO

CLASSES DE RENDA (EM SMF)	LIMITE SUPERIOR EM SMF	TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº DE COMPONENTES)												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12 e mais	
	Poupança Negativa													
01	0,50													
02	0,75													
03	1,00													
04	1,25													
05	1,50													
06	1,75													
07	2,00													
08	2,25													
09	2,50													
10	2,75													
11	3,00													
12	3,50													
13	4,00													
14	4,50													
15	5,00													
16	6,00													
17	7,00													
18	8,00													
19	9,00													
20	10,00													
21	12,00													
22	14,00													
23	16,00													
24	18,00													
25	20,00													
26	22,00													
27	24,00													
28	24,01 e mais													

TABELA 23

INVENTÁRIO DOS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS DURÁVEIS	CLASSES DE RENDA (CÓDIGOS)								
	01 a 03	04 e 05	06 e 07	08 a 11	12 e 13	14 a 16	17 a 20	21 a 25	26 e mais

TABELA 24

INVENTÁRIO DOS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO O ANO DE AQUISIÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS DURÁVEIS	ANO DE AQUISIÇÃO								
	1971 a 1975	1966 a 1970	1961 a 1965	1956 a 1960	1951 a 1955	1946 a 1950	1941 a 1945	1936 a 1940	Antes de 1936

TABELA 25

INVENTÁRIO DOS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO A FORMA DE AQUISIÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DOS BENS DURÁVEIS	FORMA DE AQUISIÇÃO			
	COMPRA		TROCA	PRESENTE
	À Vista	À Prazo		

TABELA 26

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE MORAM EM CASA PRÓPRIA,
SEGUNDO O TAMANHO E CLASSES DE RENDA

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº Componentes)	TOTAL	CLASSES DE RENDA (EM SMF)								
		Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 e mais
1 pessoa										
2 pessoas ...										
3 pessoas ...										
4 pessoas ...										
5 pessoas ...										
6 pessoas ...										
7 pessoas ...										
8 pessoas ...										
9 pessoas ...										
10 pessoas ...										
11 pessoas ...										
12 e mais										
TOTAL										

T A B E L A 27

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE MORAM EM CASA ALUGADA,
SEGUNDO O TAMANHO E CLASSES DE RENDA

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº Componentes)	TOTAL	CLASSES DE RENDA (EM \$/F)								
		Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 e mais
1 pessoa										
2 pessoas ...										
3 pessoas ...										
4 pessoas ...										
5 pessoas ...										
6 pessoas ...										
7 pessoas ...										
8 pessoas ...										
9 pessoas ...										
10 pessoas ...										
11 pessoas ...										
12 e mais										
TOTAL										

T A B E L A 28

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE MORAM EM CASA CEDIDA E OUTRAS,
SEGUNDO O TAMANHO E CLASSES DE RENDA

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº Componentes)	TOTAL	CLASSES DE RENDA (EM SMF)								
		Até 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 6,00	6,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 e mais
1 pessoa										
2 pessoas ...										
3 pessoas ...										
4 pessoas ...										
5 pessoas ...										
6 pessoas ...										
7 pessoas ...										
8 pessoas ...										
9 pessoas ...										
10 pessoas ...										
11 pessoas ...										
12 e mais										
TOTAL										

A tabela XXIX tem por finalidade apresentar a população, segundo o tamanho e número de famílias.

A tabela XXX apresenta a distribuição da população, segundo o sexo e idade.

T A B E L A 29

POPULAÇÃO
NÚMERO DE FAMÍLIAS SEGUNDO O TAMANHO

TAMANHO DA FAMÍLIA (Nº de Componentes)	NÚMERO DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO
1 pessoa		
2 pessoas		
3 pessoas		
4 pessoas		
5 pessoas		
6 pessoas		
7 pessoas		
8 pessoas		
9 pessoas		
10 pessoas		
11 pessoas		
12 e mais		

T A B E L A 30

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO O SEXO E IDADE

CLASSES DE IDADE	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
TOTAL						
0 - 4						
5 - 9						
10 - 14						
15 - 19						
20 - 24						
25 - 29						
30 - 34						
35 - 39						
40 - 44						
45 - 49						
50 - 54						
55 - 59						
60 - 64						
65 - 69						
70 - 74						
75 - 79						
80 - 84						
85 e mais ...						

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tabelas propostas que envolvem os requerimentos e fornecimentos calóricos, foram elaboradas de forma a apresentar dados globais em termos de média.

Os cálculos para se estabelecer as necessidades calóricas das pessoas, segundo a série de variáveis que já citamos, certamente serão elaborados e dirigidos pelos técnicos da FAO, com maior propriedade.

Além das tabelas propostas para se apurar a renda, a despesa e a poupança das famílias, é necessário um estudo mais cuidadoso quanto a empréstimos e grau de endividamento.

Não propusemos aqui nenhuma tabela quanto ao assunto, que a nosso ver é passível de discussão.

Se uma família efetuou um empréstimo, dentro do período de referência, e ainda não o tenha saldado em todo ou em parte, esta importância não deixa de ser uma receita extraordinária em seu orçamento.

Esta receita, entretanto, gera uma dívida de valor igual ou superior à mesma.

Suponhamos, por exemplo, que uma família apresente a seguinte situação:

- Renda Monetária.....Cr\$ 7.000,00
- Renda não Monetária.....Cr\$ 3.000,00
- Renda Familiar Real.....Cr\$ 10.000,00

- Despesas.....Cr\$ 11.000,00

- Poupança Negativa.....Cr\$ 1.000,00

- Empréstimo.....Cr\$ 1.000,00

Teríamos, neste caso, uma explicação para a poupança negativa, e o endividamento relacionado com as despesas efetuadas no período de referência.

Concordamos que uma análise deste tipo, daria uma explicação lógica ao balanço orçamentário de cada família.

Entretanto, em termos de distribuição de renda para todas as famílias, não se poderia considerar, na nossa opinião, o empréstimo como parte integrante e definitiva da renda familiar.

Desta forma, acreditamos ser imprescindível que se dê um tratamento à parte a este problema.

Poderia se analisar o grau de endividamento das famílias, mesmo aqueles não relacionados com as despesas consideradas e contraídos fora do período de referência, independentemente da receita propriamente dita, monetária ou não, bem como da sua capacidade

de poupança.

Fica, portanto, levantado o problema para uma maior apreciação por parte de outros técnicos, visando um melhor equacionamento para o mesmo, observados os objetivos da pesquisa e os resultados que dela se espera obter.

Quanto às classes de renda e idade apresentadas para os cruzamentos propostos, bem como mulheres gestantes, lactantes ou desmembramentos em zonas urbana e rural, sabemos que alguns valores a elas correspondentes, poderão se constituir em universos raros ou de baixa frequência. Isto faria com que os resultados obtidos, dependendo do tamanho da amostra, não tivessem precisão suficiente.

Considerando que, segundo levantamentos recentes, 30% da população de algumas capitais brasileiras, independente do tamanho da família, percebem menos de 1,5 SMF por mes, concluímos ser necessário se manter a distribuição de classe que propomos.

Quanto às classes de idade, julgamos que se poderia agregá-las de forma a simplificar sua distribuição. Não o fizemos esperando que, ao apreciar nosso trabalho, uma equipe de técnicos possa estabelecer um critério único que atenda as necessidades da pesquisa em todas as suas fases.

Outrossim, sugerimos que se calcule para cada classe proposta, segundo a representatividade da amostra, a margem de erro de cada uma delas, uma vez que os valores aglutinados certamente poderão satisfazer um grau de precisão mais elevado.

FUNDAÇÃO IBGE
GRUPO EXECUTIVO DE PESQUISAS DOMICILIARES

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ANÁLISE SÓCIO - ECONÔMICA
MÃO-DE-OBRA E SALÁRIO-1973

OSMAR SETTE _____
ANALISTA ESPECIALIZADO

Julho - 1975

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios apresenta, para o 4º (quarto) trimestre de 1973, um índice de desemprego aberto da ordem de 2,6%, sendo que 0,1% trabalharam há mais de 5 (cinco) anos e 0,7% nunca trabalharam.

Considerando que o País está em fase de desenvolvimento e em decorrência de sua própria estrutura econômica, este índice nos parece bastante baixo.

Enquanto nas atividades não agrícolas 9,0% dos empregados percebem menos de meio Salário Mínimo Fiscal, 31,1% dos trabalhadores por conta própria se encontram nesta situação.

Quanto às atividades agrícolas, constatamos que 41,6% dos empregados percebem menos de meio SMF, não nos sendo possível saber a proporção dos trabalhadores por conta própria, por inexistência da tabela. Entretanto julgamos que seja bastante alta, em vista da comparação entre as duas atividades.

Cerca de 28,0% das pessoas ocupadas com remuneração trabalham por conta própria, o que nos faz deduzir, tendo em vista o acima exposto, que uma parcela considerável desta população está marginalizada na absorção efetiva da mão-de-obra pelo mercado de trabalho.

Nos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, por exemplo, o desocupado conta com um seguro desemprego que lhe permite sobreviver nesta condição. Certamente será detectado por qualquer levantamento de campo, além de sofrer um maior controle direto por parte do Governo através de agências oficiais de desemprego.

Considerando a inexistência deste seguro social no Brasil, a sobrevivência se tornará impossível para o desocupado que não ingressar no mercado de trabalho, independentemente de suas qualificações, mesmo para ter sua força subutilizada pela escassez da procura ou superutilizada em função dos baixos níveis salariais auferidos.

Apesar de marginalizado na estrutura sócio-econômica, seu ingresso no mercado de trabalho, ainda que em caráter eventual, irá tirar-lhe a condição de desocupado, segundo os conceitos da PNAD, mantendo sempre inalterado o baixo índice de desemprego aberto.

No exercício de ocupação de sobrevivência, sub ou superutilizando sua mão-de-obra, o homem forma o contingente de subempregados, que poderemos considerar como um subgrupo da classe trabalhadora.

Poder-se-ia definir o subemprego apenas como a subutilização da força de trabalho do homem.

Entretanto, considerando que o objetivo principal que determina a utilização da sua capacidade de produzir é, em uma sociedade capitalista de mercado altamente competitivo, a retribuição monetária de sua força de trabalho, concluímos que caracterizar o subemprego somente por uma jornada de trabalho menor que 14 horas semanais seria um conceito simplista.

Sua capacidade de participação nos bens que a economia pode lhe proporcionar está diretamente condicionada ao valor monetário da utilização da força de trabalho.

O subemprego se evidencia na medida em que minimiza o valor da força de trabalho em relação ao mercado e a seu produto econômico, independentemente do tempo de sua jornada para executá-lo.

Desta forma, consideramos que as pessoas ocupadas que perceberam até 1/2 SMF em 1973 estavam virtualmente subempregadas.

Como a tabela de renda por posição na ocupação não foi programada para as atividades agrícolas, com exceção para empregados, não dispomos de elementos suficientes para calcular a taxa de subemprego para todas as ocupações.

Assim, apresentamos um resultado parcial para as atividades agrícolas e não agrícolas, deixando de considerar os empregadores e trabalhadores por conta própria.

Por outro lado, apresentamos, ainda, um resultado também parcial do conjunto, considerando todas as posições, mas somente para as atividades não agrícolas.

Devido às diferenças regionais do salário mínimo, concluímos que a utilização de 1/4 do SMF atenderia a nossos objetivos com maior segurança, apesar de estarmos subestimando uma considerável parcela de pessoas ocupadas que perceberam menos de 1/2 SMF, em regiões onde este prevalecia.

Com isto, as regiões I, II, VI e parte da IV (Minas Gerais), representando cerca de 44,2% da força de trabalho e tendo em torno de 43,9% das pessoas ocupadas, também tiveram como limite máximo 1/4 do SMF, ou seja, Cr\$ 78,00 (Setenta e oito cruzeiros).

Os trabalhadores familiares sem remuneração (SR) merecem, a nosso ver, um tratamento à parte.

Representam 35,4% das pessoas em atividades agrícolas, com 53,0% de homens, contra apenas 2,5% das pessoas em atividades não agrícolas, com 49,3% de homens.

Praticamente todos são ocupados: 99,9% para a primeira atividade e 99,7% para a segunda.

Como podemos observar o SR é altamente significativo para as atividades agrícolas, com uma participação maior que os trabalhadores por conta própria (31,0%) e que os empregados (28,0%).

Considerando os conceitos da Pesquisa para a existência de SRs, verificamos que, por hipótese, cada pessoa teria um SR, se somássemos os trabalhadores por conta própria com os empregados (36,6%).

Como são trabalhadores familiares, os SRs tanto poderiam estar totalmente marginalizados no mercado de trabalho, como também, subutilizados ou não, contribuindo de forma efetiva para a formação da renda familiar de que participam.

Se analisarmos o primeiro aspecto, poderemos deduzir que para as atividades agrícolas a procura de trabalho é muito reduzida em relação à oferta. Não tendo condições econômicas para se deslocar para a área urbana, ou outra área agrícola mais próspera onde o mercado de trabalho oferecesse condições mais favoráveis, a pessoa optaria pelo trabalho sem remuneração. Seria estranho, sem dúvida, que uma pessoa não conseguindo obter nenhum proveito próprio na utilização de sua mão-de-obra, resolvesse trabalhar de graça!

Contudo, é necessário que se leve em conta a estrutura da família agrícola. Pela própria natureza das atividades a que se dedica e, princi-

palmente, pela forma como geralmente é remunerada, a participação de todos os seus membros no trabalho é imprescindível, tendo em vista que o aumento da produtividade representa maiores ganhos.

Convém ressaltar, ainda, os padrões culturais da família agrícola que, através da rigidez hierárquica e da supervalorização de princípios tradicionais, cerceia a liberdade de seus membros dificultando sobremaneira uma possível desvinculação. Principalmente se verificarmos as faixas etárias onde os SR's se concentram:

10 --- 14	15 --- 19	20 --- 24	25 --- 29	30 --- 39
30,2%	31,4%	13,5%	6,3%	8,2%

Como podemos observar, cerca de 62,0% dos SR's são menores de 20 anos e, provavelmente, 47,0% são mulheres, se a proporção for a mesma do total.

Como ficou demonstrado, existem duas razões básicas que justificam a existência do SR.

Na total impossibilidade de mensurar qualquer destas razões em termos quantitativos, adotamos o critério de considerar, arbitrariamente, metade dos SR's como participantes do desemprego oculto nas dias atividades, apesar de serem ocupados. Como a pesquisa não investiga o problema com maior profundidade, não temos subsídios cientificamente defensáveis para tal afirmativa.

Teríamos, assim, a seguinte distribuição:

GRUPOS ETÁRIOS	ATIVIDADES AGRÍCOLAS	ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	TOTAL
15 --- 29	51,2%	53,1%	51,3%
20 --- 39	28,0%	35,1%	28,6%
$\frac{SR/2}{15 --- 29}$	97,7%	94,1%	97,4%

Com isto, sabemos que metade dos SR's, marginalizados ou não no mercado de trabalho, representa 97,4% daqueles situados na faixa de 15 a 29 anos.

Aplicando os critérios acima enumerados para o estabelecimento das taxas de desemprego e subemprego, verificamos a seguinte situação:

CRITÉRIOS	ATIVIDADES AGRÍCOLAS	ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	TRABALHARAM HÁ MAIS DE 5 ANOS E NUNCA TRABALHARAM	TOTAL
$\frac{D + E < 1/2 + SR \text{ oc}/2}{F}$	10,5	5,6	0,8	16,9
$\frac{D + E < 1/4 + SR \text{ oc}/2}{F}$	8,0	3,4	0,8	12,2

ONDE:

D = Desocupados.

$E < 1/2$ = Total de empregados que ganham até 1/2 do SMF.

$E < 1/4$ = Total de empregados que ganham até 1/4 do SMF.

SR oc/2 = Metade dos trabalhadores familiares ocupados sem remuneração.

F = Força de Trabalho.

Considerando apenas os empregados nas duas atividades, temos uma taxa de 16,9% para aqueles que perceberam até 1/2 SMF e 12,2% para os que perceberam até 1/4 do mesmo salário.

Dentro do mesmo critério de cálculo, abrangendo o total das pessoas ocupadas ao invés do total de empregados, as atividades não agrícolas apresentam uma taxa de 9,7% e 5,9% para as pessoas que perceberam até 1/2 e até 1/4 SMF respectivamente.

Com relação às Regiões, a situação se apresenta da seguinte forma:

ma:

ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS	REGIÕES						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
$\frac{D + E < 1/2 + SR \text{ oc}/2}{F}$	7,7	9,5	19,2	17,2	24,0	5,1	11,3
$\frac{D + E < 1/4 + SR \text{ oc}/2}{F}$	5,7	6,3	16,7	11,7	16,1	4,5	7,8

Verificamos que as Regiões III, IV e V apresentam uma taxa elevada em relação às outras.

O fato explica-se pela maior participação das atividades agrícolas na força de trabalho e, principalmente, pela elevada incidência de SR's nesta atividade.

Na Região III, por exemplo, as atividades agrícolas representam 53,4% da força de trabalho, sendo composta por cerca de 50,0% de SR's.

O mesmo se verifica na Região IV, 44,6% da força de trabalho com 27,4% de SR's e na Região V, 57,3% da força de trabalho com 32,6% de SR's.

Contudo, apesar de trabalharmos com dados parciais pelos motivos já expostos anteriormente, apresentamos as taxas regionais para as atividades não agrícolas:

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	REGIÕES						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
$\frac{D + P_{oc} < 1/2 + SR \text{ oc}/2}{F}$	9,3	7,6	5,5	10,5	13,3	6,0	12,9
$\frac{D + P_{oc} < 1/4 + SR \text{ oc}/2}{F}$	6,1	4,3	3,2	6,1	8,4	4,3	7,5

ONDE:

D = Desocupados.

Poc < 1/2 = Total de pessoas ocupadas que ganham até 1/2 do SMF.

Poc < 1/4 = Total de pessoas ocupadas que ganham até 1/4 do SMF.

SR oc/2 = Metade dos trabalhadores ocupados sem remuneração.

Como podemos observar, as Regiões III, IV e V já não apresentam taxas muito desproporcionais em relação às outras. Convém ressaltar que a taxa da Região III é menor, em virtude da participação de apenas 5,4% de SR's nas atividades não agrícolas.

Apesar de recomendarmos a utilização da faixa de 1/4 do SMF para efeito de cálculo para subemprego, apresentamos também a de 1/2 do SMF, além dos salários regionais, para fins de comparação.

REGIÕES	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SALÁRIOS	OBSERVAÇÕES
I	GB - RJ	312,00	
II	SP	312,00	
III	PR - SC - RS	261,60 288,00	PR e SC - Alguns Municípios-288,00 Outros 261,60
IV	MG ES	312,00 261,60	
V	MA - PI - CE RN - PB - PE AL - SE - BA	240,00 213,60	PE - Recife e Olinda - 240,00 BA - Alguns Municípios-240,00 OUTROS - 213,60
VI	DF	312,00	
VII	AC - AM - PA RO - RR - AP MT - GO	240,00	

O decréscimo da procura em relação à oferta no mercado de trabalho deve-se também, a nosso ver, ao contingente de mão-de-obra sem qualificação.

No processo de expansão da economia, a procura tende a concentrar-se na mão-de-obra especializada, impraticável de obter-se por processos convencionais de educação.

Além disto, os cursos profissionalizantes não regulares, e que são os mais frequentes, não são abrangidos pela Pesquisa.

Brevemente abordaremos este aspecto com maior profundidade, na segunda parte de nossa análise.

FUNDAÇÃO IBGE
GRUPO EXECUTIVO DE PESQUISAS DOMICILIARES

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ANÁLISE SÓCIO - ECONÔMICA
MÃO-DE-OBRA E SALÁRIO-1973
(2a. Parte)

OSMAR SETTE _____
ANALISTA ESPECIALIZADO

Setembro - 1975

Concluindo a análise dos dados sobre mão-de-obra e salário, considerando a tabulação especial dos empregadores e trabalhadores por conta própria das atividades agrícolas, apresentamos duas taxas de desemprego e subemprego, segundo os critérios anteriormente estabelecidos:

CRITÉRIOS	ATIVIDADES AGRÍCOLAS	ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	TRABALHARAM HÁ MAIS DE 5 ANOS E NUNCA TRABALHARAM	TOTAL
$\frac{D + \text{Poc} < 1/2 + \text{SR oc}/2}{F}$	15,6	8,9	0,8	25,3
$\frac{D + \text{Poc} < 1/4 + \text{SR oc}/2}{F}$	9,7	5,1	0,8	15,6

ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS	REGIÕES						
	I	II	III	IV	V	VI	VII
$\frac{D + \text{Poc} < 1/2 + \text{SR oc}/2}{F}$	12,2	11,5	23,6	26,9	42,6	8,0	17,1
$\frac{D + \text{Poc} < 1/4 + \text{SR oc}/2}{F}$	8,2	7,3	18,4	15,4	24,9	6,2	10,7

ONDE:

D = Desocupados

$\text{Poc} < 1/2$ = Total das pessoas ocupadas que ganham até $\bar{1}/2$ do SMF

$\text{Poc} < 1/4$ = Total das pessoas ocupadas que ganham até $\bar{1}/4$ do SMF

SR oc/2 = Metade dos trabalhadores ocupados sem remuneração

F = Força de trabalho

O índice de desemprego aberto (2,6%) teve pouca influência na composição destas taxas, como já foi amplamente exposto na primeira parte deste trabalho.

A adoção da metade dos trabalhadores familiares sem remuneração (SR), bem como do limite mínimo de salário auferido, delineou um subgrupo da classe trabalhadora: do subemprego à pobreza absoluta.

A participação do SR no mercado de trabalho é altamente significativa, exigindo, como já foi dito, um estudo mais aprofundado.

Definido em função de trabalhar para familiares que sejam empregadores ou trabalhadores por conta própria, o SR não apresenta o mesmo comportamento para as duas classes de atividade.

Enquanto nas atividades agrícolas 3,1% das pessoas ocupadas são empregadores e 17,0% trabalhadores por conta própria, comportando 90,6% dos SR's, nas atividades não agrícolas 3,6% são empregadores e 14,5% trabalhadores por conta própria, detendo apenas 9,4% dos mesmos.

Como podemos observar, o dado em si não é concludente, no sentido de se estabelecer o limite entre desemprego e trabalho familiar efetivo, impossibilitando inferir qualquer taxa que tome por base a definição de grupos etários como fator preponderante de identificação.

Cientes da existência do fenômeno, mas impossibilitados de identificá-lo corretamente, é que arbitramos a metade dos SR's para efeito de cálculo do desemprego oculto.

Com referência à remuneração auferida pelas pessoas ocupadas, objetivo principal que determina a utilização de sua mão-de-obra no mercado, fizemos uma relação entre capital e trabalho.

Os interesses daqueles que detêm a propriedade do capital

são antagônicos àqueles dos que possuem apenas sua força de trabalho.

Como força propulsora de transformação sócio-econômica, o trabalho empregado na produção de mercadorias é um trabalho social.

O trabalho social nada mais é que a própria força de trabalho que, como tal, também é uma mercadoria negociável.

Segundo a Economia clássica, o valor de uma mercadoria corresponde ao custo de sua matéria-prima mais o preço do trabalho nela empregado.

Ora, sendo a força de trabalho uma mercadoria, seu custo de produção será o preço do custo de existência e de reprodução da própria pessoa detentora desta força!

Consideramos o preço deste custo o mínimo que se poderia pagar pela utilização da força de trabalho do homem, ou seja, o salário mínimo.

Entretanto, o preço do trabalho sofre variações determinadas pela oferta e procura de mão-de-obra.

O desequilíbrio da demanda em relação à procura ocasiona a concorrência que avilta o salário em relação ao valor real do trabalho.

Sub ou superutilizando a mão-de-obra, este desequilíbrio gera subemprego e desemprego.

Aumentando a jornada de trabalho a baixo preço, quanto mais o homem trabalha menos deverá receber.

Ao mesmo tempo em que o salário não representa o valor do trabalho, este é superdimensionado em relação ao homem que o executa. Ou seja, uma pessoa executará tarefas para as quais seriam necessários dois,

três ou dez trabalhadores.

Por outro lado, a divisão do trabalho através da automação, diversificando as ocupações e aumentando a necessidade de trabalhadores especializados, limita a utilização de mão-de-obra.

Quanto maior a subutilização da mão-de-obra, maior será a divisão do trabalho, que acarretará uma crescente superutilização do trabalhahador, gerando desemprego e subemprego.

Neste círculo vicioso, a variação do preço do trabalho atinge e ultrapassa o limite mínimo do custo de produção de sua força, o preço da própria sobrevivência do homem!

Estas razões nos levaram a considerar o salário como um dos fatores para o cálculo das taxas apresentadas.

Considerando o exposto, verificamos que as pessoas que percebem até 1/4 ou até 1/2 SMF estão muito aquém do mínimo indispensável para remunerar seu trabalho.

Contudo, do ponto de vista do capital, a racionalização do trabalho e a maximização dos esforços sem aumento de meios proporciona uma alta produtividade a baixo custo. Em decorrência, o capital terá melhor remuneração, acrescido pela maior margem de lucro a ele incorporado. E o processo se repete.

Não nos cabe aqui tecer maiores considerações a respeito do assunto, passível de estudos aprofundados no campo da Economica Política sob o aspecto da Justiça Social.

Queremos ressaltar, entretanto, que as taxas de subemprego e desemprego que elaboramos para o 4º trimestre de 1973, por si sô indicam a necessidade de se realizar, considerando os critérios que adotamos, um tra

balho intensivo e pormenorizado sobre os SR's, bem como sobre a renda, mo
netária ou não, em relação ao trabalho.

Acreditamos que o conhecimento da realidade sócio-econômica
do País seja de alto interesse do governo, e poderia ser atingido através
de uma acurada série de estudos patrocinados pela Fundação IBGE, que para
tanto dispõe de instrumentos e meios para realizá-los com sucesso.

100,0

100,0

PESSOAS OCUPADAS COM REMUNERAÇÃO POR CLASSE DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - PNAD 73

69,0

31,0

50,9

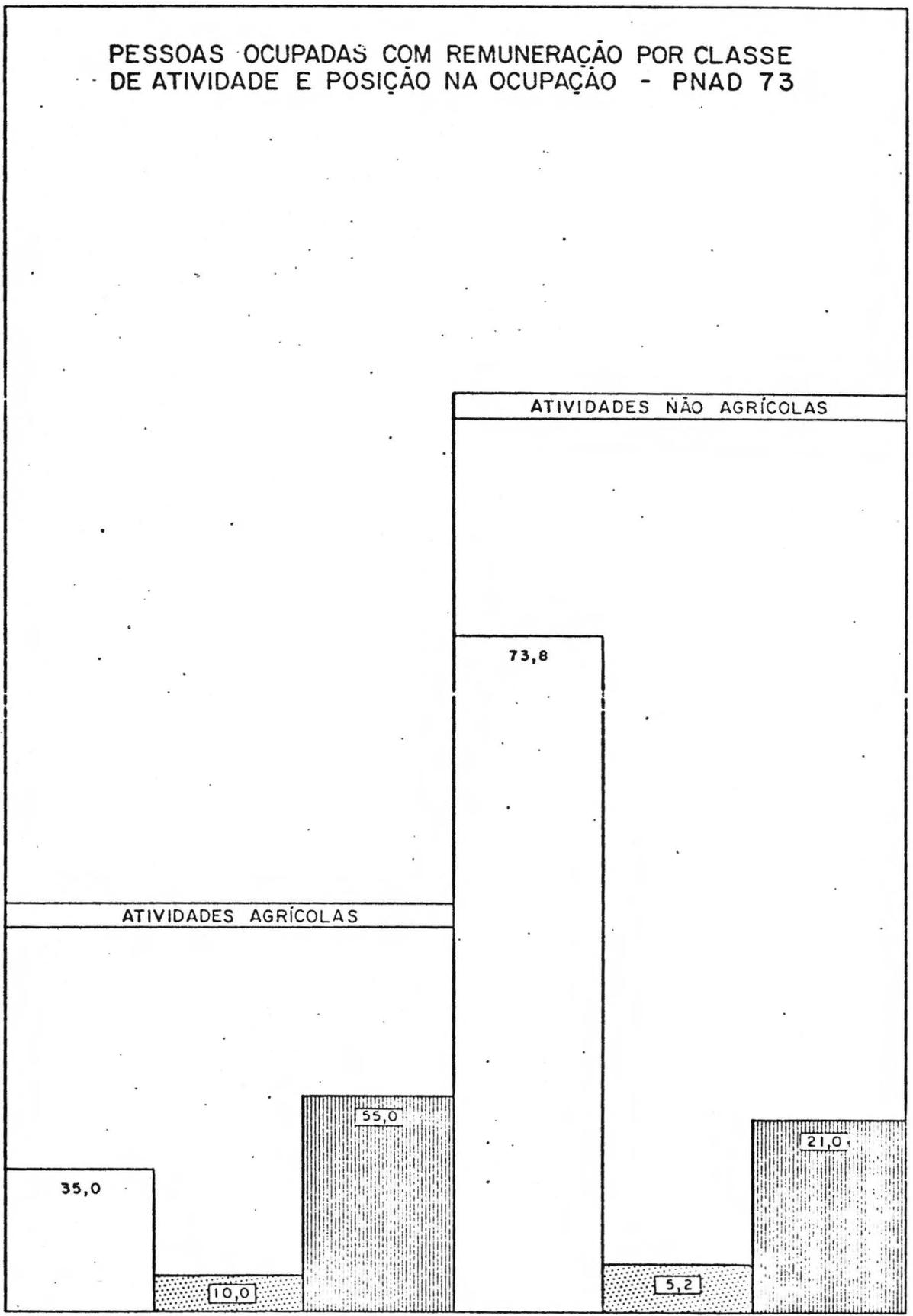
17,0

14,5

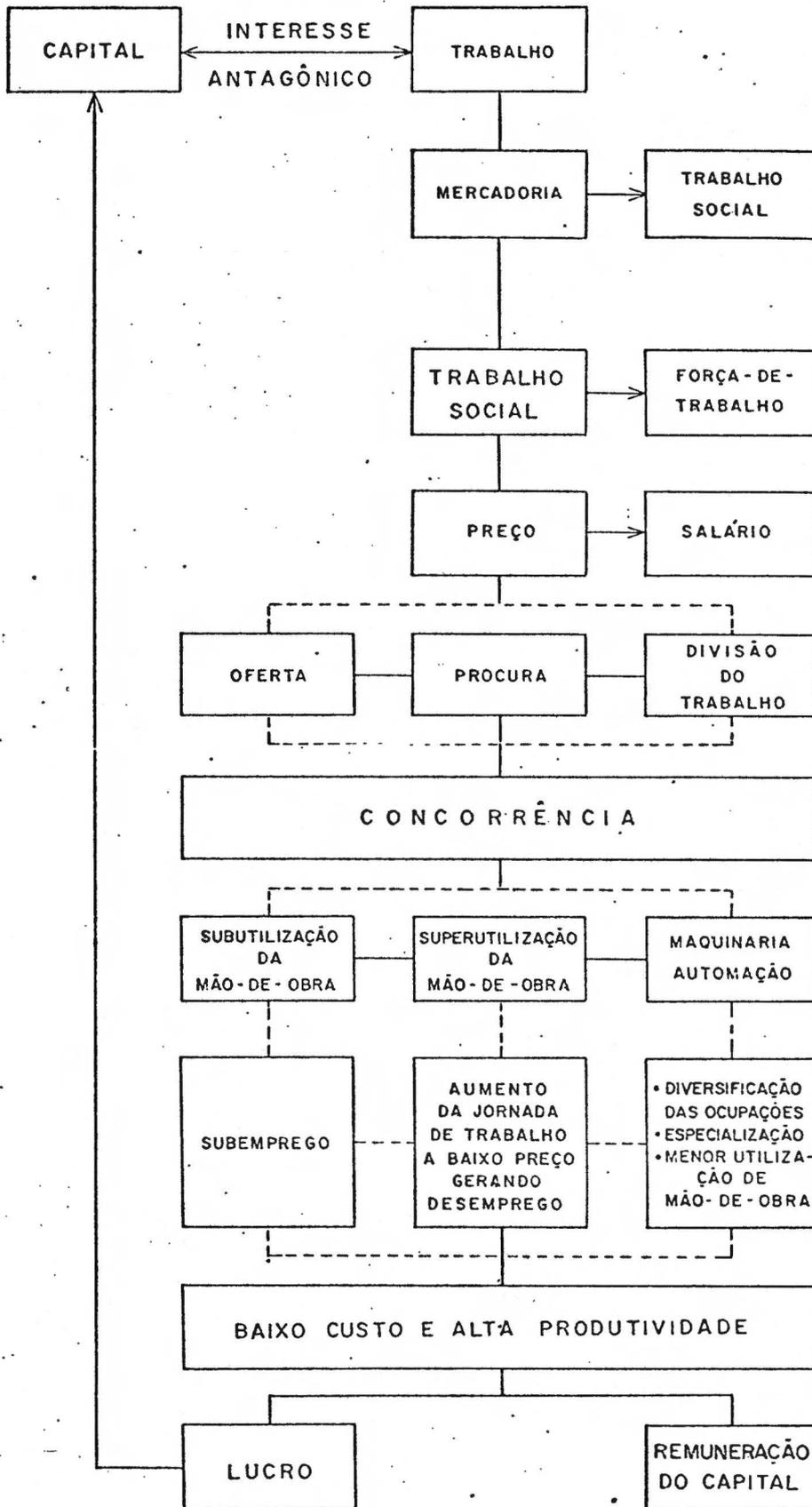
10,9

3,6

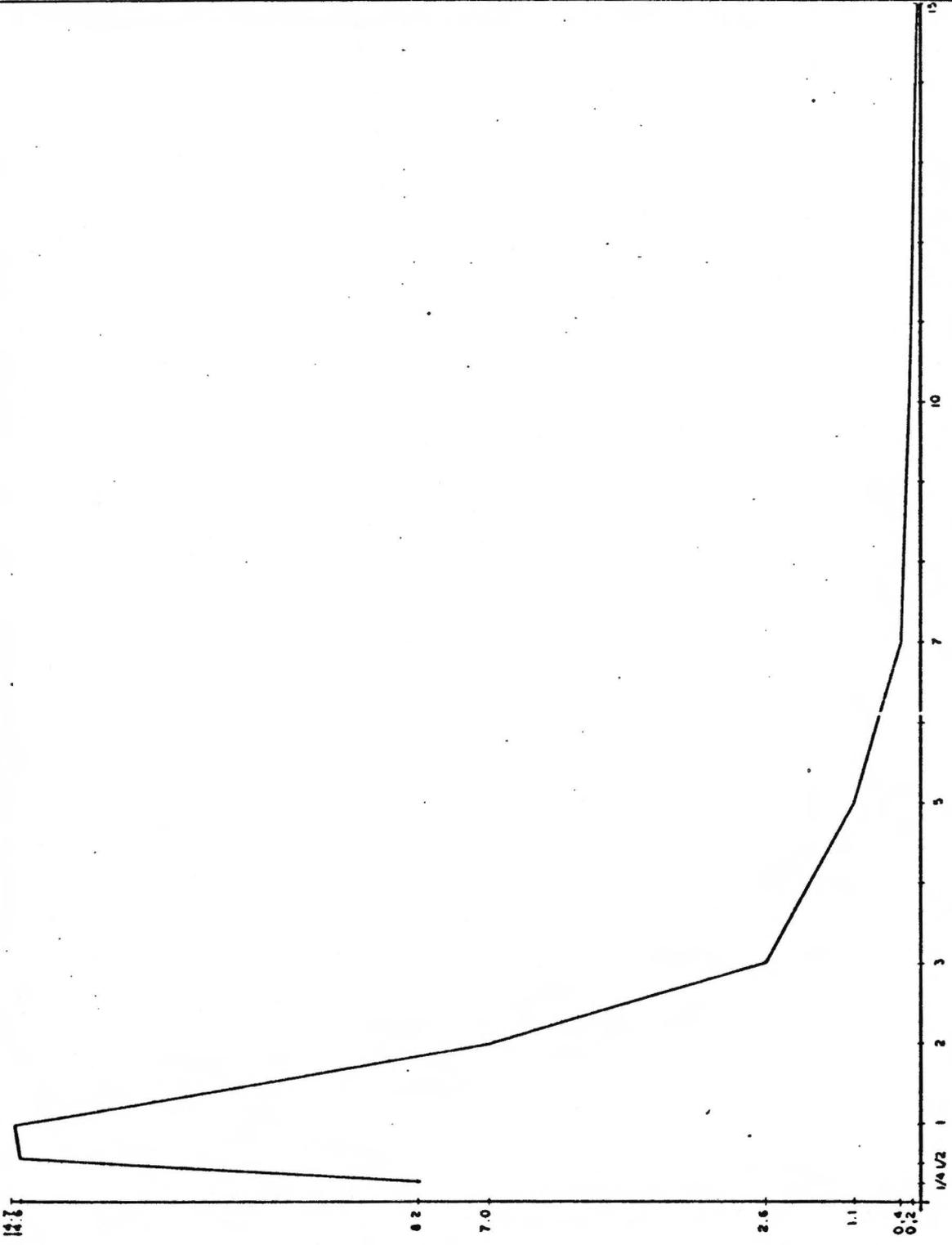
3,1



- Empregados
- Empregadores
- Conta própria



PESSOAS
OCUPADAS



GRUPOS DE SALÁRIO MÍNIMO FISCAL

FUNDAÇÃO IBGE

GRUPO EXECUTIVO DE PESQUISAS DOMICILIARES

ASPECTOS DA MIGRAÇÃO
INTERNA NO BRASIL

Osmar Sette ———
Analista Especializado

NOVEMBRO - 1975

ASPECTOS DA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL

OSMAR SETTE
sociólogo

INTRODUÇÃO

A mobilidade populacional se processa exatamente em função de fenômenos físicos rigorosos, que condicionam o deslocamento irremediável de um grande contingente populacional; ou em consequência do fluxo econômico que concentra a riqueza em determinadas áreas.

Entendemos que, no caso brasileiro, o movimento migratório interestadual, intermunicipal ou entre situações rural e urbana, se situa, principalmente, no segundo aspecto, estando implicitamente ligado às condições de trabalho, saúde e educação.

O PROCESSO MIGRATÓRIO

A migração poderá ser feita em uma só etapa ou em etapas sucessivas. Será destinada, sempre, direta ou intermitentemente, aos polos de desenvolvimento econômico.

Da mesma forma que provoca um esvaziamento de recursos humanos nos pontos de origem, a migração significa, também, a multiplicação dos problemas da área receptora de fluxo.

A carência de planos Diretores de Desenvolvimento nos centros de atração migratória, impede que o planejamento seja alicerçado em uma política de previsão condizente com as tendências evidenciadas pela realidade. Isto provoca um crescimento desordenado, dificultando sobremaneira o controle da situação, tanto no esforço de solucionar os problemas conhecidos, quanto no da identificação de pontos críticos e problemas emergentes.

Em consequência, o surgimento de grandes conglomerados humanos se torna uma constante nestas áreas, provocando maiores e mais complexas dificuldades que, projetadas no tempo, cada vez mais se distanciam de possíveis soluções ao ponto de se tornarem irreversíveis.

podemos destacar, entre outros, os principais pontos de estrangulamento decorrentes desta realidade, como, por exemplo, os da habitação, educação, saúde e segurança.

As áreas receptivas do fluxo migratório, geralmente, estão incapacitadas de proporcionar equipamentos sociais mínimos necessários para integrar o homem no meio, em condições elementares de sobrevivência.

A Geografia Humana descaracteriza-se, então, moldada em um novo conjunto de necessidades, tornando-se altamente instável no processo de sua própria reformulação.

Além dos interesses conflitantes na relação entre capital e trabalho, a grande concentração demográfica de certas áreas, provocada pelo fluxo migratório a elas destinado, proporciona um excedente de mão-de-obra que fica marginalizada dentro da estrutura econômica.

Tanto o desemprego aberto e oculto, quanto o subemprego, limitam as possibilidades de uma integração do homem ao meio, impedindo, ainda, uma maior interação entre os próprios indivíduos. Principalmente se levarmos em conta fatores culturais diversos, próprios de diferentes grupos migrados.

Quanto maior o distanciamento de uma efetiva integração social, mais sólida se tornará a introspecção do grupo isolado em si mesmo.

Do alijamento econômico à marginalização social é apenas uma fração de tempo, criando condições propícias para o incremento dos desvalores da sociedade, tanto no aspecto da criminalidade comum até ao desequilíbrio da própria ordem constituída.

Como podemos observar, a migração desordenada, longe de ser uma simples questão de deslocamento populacional, é um problema de Geopolítica, se analisadas todas as implicações sócio-econômicas inerentes à sua origem e destino, até as últimas consequências.

MIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA

O fluxo migratório se origina, principalmente, nas regiões subdesenvolvidas, onde os recursos mínimos indispensáveis para a vida não são suficientes para promover a fixação do homem na terra.

Condicionado a uma estrutura agrária ultrapassada e ao baixo índice de industrialização, o homem se mantém com uma cultura de sobrevivência ou é impelido a migrar como única alternativa de obter melhores condições de vida.

Não dispondo de conhecimentos e meios para uma melhor utilização da terra, o homem do campo enfrenta, ainda, o problema da distribuição de seus produtos. As grandes distâncias que o separam dos principais centros consumidores, além da imprevisível variação custo/preço de sua lavoura, tornam o cultivo nos padrões tradicionais economicamente inviáveis.

Buscando melhores oportunidades de trabalho, os migrantes poderão deslocar-se para regiões em desenvolvimento, engajando-se em novas áreas de exploração econômica, como, por exemplo, a extração de minérios e novas culturas. Ou poderão deslocar-se para regiões parcialmente desenvolvidas, onde irão ofertar sua mão-de-obra desqualificada no mercado altamente competitivo das atividades tradicionais, ou seja, a indústria de transformação, o comércio e a construção civil situadas nos grandes centros. O acréscimo da oferta em relação à procura de mão-de-obra aumentará a concorrência, através dos mecanismos próprios do mercado, determinando a variação salarial que, em última análise, irá definir a distribuição de renda.

por outro lado, os salários mínimos regionais, por serem diferentes, apresentam contrastes na sua distribuição: salários baixos para as regiões subdesenvolvidas e salários maiores para aquelas em desenvolvimento e parcialmente desenvolvidas.

A padronização do salário mínimo para todas as regiões, que à primeira vista parece ser um instrumento de melhor distribuição da renda visando fixar o homem na terra, seria, apenas, mais um fator para aumentar o desemprego, concorrendo para diminuir as possibilidades de sua fixação.

Apesar de aparentemente paradoxal, a padronização dos salários implicaria em criar uma sobrecarga nos custos das empresas locais que, funcionando com estruturas precárias, não teriam condições de manter o equilíbrio entre seus custos e sua produção.

A própria conjuntura regional em que estão inseridas, não lhes facultaria meios para subsistirem como empresas, tanto no sentido econômico da obtenção de lucros, quanto no sentido social da absorção da mão-de-obra disponível.

IDENTIFICAÇÃO DOS MIGRANTES

O Recenseamento Geral de 1970 nos revela o comportamento migratório interestadual, até aquela data, considerando a população residente correlacionada com a natural, em cada Unidade Federativa. (Tabela I)

Observando a Flutuação da Mobilidade (população residente não natural/população natural não residente), identificamos o saldo migratório, positivo ou negativo, que cada Unidade indicava naquela época. A Variação Migratória (população residente/população natural), por outro lado, dimensiona este crescimento tomando por base a população natural de cada uma. (Tabela II)

Assim, verificamos que as populações de Rondônia, Roraima e Amapá, no Norte; Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo, no Sudeste; Paraná, no Sul e Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, no Centro-Oeste, apresentaram um índice de crescimento migratório bastante significativo.

Enquanto as populações do Pará, no Norte e Maranhão, no Nordeste, detinham 93,1 e 90,7% de suas pessoas naturais, respectivamente, com um crescimento migratório reduzido, as outras Unidades da Federação demonstraram claramente a evasão populacional.

Desta forma, concluímos que as pessoas naturais do Acre e Amazonas, no Norte; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Fernando de Noronha, Sergipe e Bahia, no Nordeste; Minas Gerais e Espírito Santo, no Sudeste e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Sul, praticamente formaram a população de migrantes interestaduais.

Apesar de nos fornecerem uma visão estática do movimento migratório, estes dados são importantes e fundamentais para visualizar seu comportamento em um instante determinado, permitindo, ao mesmo tempo, que sirvam de base e referência para a elaboração de uma minuciosa pesquisa que trate especificamente do assunto.

MOBILIDADE POPULACIONAL SEGUNDO A ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA KM2	POPULAÇÃO						ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA DE 1969 * CR\$ 1.000,00
		RESIDENTE				NATURAL		
		TOTAL	Natural da UF de residência	Natural de outras UF	Natural de outras Países	TOTAL	Não residentes na UF de nasc.	
TOTAIS	8 456 508	93 139 037	78 718 344	13 191 565	1 229 128	91 909 909	13 191 565	103 815 159,5
Rondônia	243 044	111 064	58 952	50 275	1 837	67 519	8 567	-
Acre	152 589	215 299	188 834	25 761	704	221 425	32 591	-
Amazonas	1 558 987	955 235	880 007	62 437	3 701	964 785	75 638	734 479,1
Roraima	230 104	40 885	32 590	7 996	299	35 559	2 969	-
Pará (1)	1 230 210	2 167 018	1 977 005	181 147	8 866	2 122 435	145 430	1 405 194,9
Amapá	139 068	114 359	69 791	44 173	395	76 087	6 296	-
Maranhão.....	324 616	2 992 636	2 570 552	421 064	1 070	2 833 451	262 899	1 014 780,4
Piauí	250 934	1 680 573	1 562 542	117 661	270	1 927 157	364 515	455 902,3
Ceará (2)	149 431	4 361 603	4 214 808	145 366	1 420	4 925 896	711 088	2 074 604,4
Rio Grande do Norte	53 015	1 550 244	1 458 179	91 676	389	1 744 831	286 652	796 220,3
Paraíba	56 372	2 382 617	2 268 694	113 331	592	2 890 985	622 291	961 258,2
Pernambuco	98 281	5 160 640	4 859 732	294 522	6 386	5 795 296	935 564	3 501 224,3
Alagoas	27 652	1 588 109	1 472 751	114 834	524	1 897 830	425 079	751 291,2
Fernando de Noronha	25	1 241	420	815	6	5 491	5 071	-
Sergipe.....	21 994	900 744	850 277	50 217	250	1 117 842	267 565	471 163,3
Bahia	559 951	7 493 470	7 192 481	291 304	9 685	8 467 313	1 274 832	4 336 514,6
Minas Gerais	582 586	11 487 415	11 077 257	384 837	25 321	14 274 877	3 197 620	10 245 066,0
Espírito Santo	45 597	1 599 333	1 370 130	225 699	3 204	1 762 901	392 471	1 139 399,0
Rio de Janeiro	42 134	4 742 834	3 431 804	1 253 271	57 809	4 073 046	641 242	5 115 417,0
Guanabara	1 171	4 251 918	2 464 027	1 561 958	225 933	2 954 539	490 512	11 719 423,1
São Paulo	247 320	17 771 948	13 881 660	3 186 762	703 526	15 151 241	1 269 581	37 022 667,8
Paraná	199 060	6 929 868	4 381 684	2 467 800	80 491	4 717 259	335 575	7 081 093,7
Santa Catarina	95 483	2 901 734	2 582 130	309 216	10 188	3 021 350	439 020	2 817 449,0
Rio Grande do Sul	267 528	6 664 891	6 511 143	102 669	51 079	7 208 125	696 982	8 963 683,3
Mato Grosso	1 231 549	1 597 090	1 051 724	520 429	24 937	1 158 847	107 123	1 047 654,3
Goiás	642 036	2 938 677	2 130 740	752 284	5 653	2 361 726	180 986	1 741 507,2
Distrito Federal	5 771	537 402	118 740	414 168	4 534	132 096	13 356	419 166,1

(1) Incluída área de litígio com o Amazonas.

(2) Incluída área de litígio com o Piauí.

* Os dados referentes a 1970, a nível de Unidade da Federação, não estão disponíveis. Utilizamos os do ano anterior que, apesar de menores em termos absolutos, apresentam a mesma distribuição.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	FLUTUAÇÃO DA MOBILIDADE	VARIÇÃO MIGRATÓRIA	RELAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA "PER CAPITA" DAS UF COM A RENDA MÉDIA DO PAÍS
BRASIL	1.00	1.01	100,0
Rondônia.....	5.86	1.64	-
Acre	0.79	0.97	-
Amazonas	0.82	0.99	69,0
Roraima.....	2.69	1.14	-
Pará	1.24	1.02	58,2
Amapá	7.01	1.50	-
Maranhão.....	1.60	1.05	30,4
Piauí	0.32	0.87	24,3
Ceará	0.20	0.88	42,7
Rio Grande do Norte	0.31	0.88	46,1
Paraíba	0.18	0.82	36,2
Pernambuco	0.31	0.89	60,9
Alagoas	0.27	0.83	42,4
Fernando de Noronha	0.16	0.22	-
Sergipe	0.18	0.80	46,9
Bahia	0.22	0.88	51,9
Minas Gerais	0.12	0.80	80,0
Espírito Santo	0.57	0.90	63,9
Rio de Janeiro	1.95	1.16	96,8
Guanabara	3.18	1.43	247,3
São Paulo	2.51	1.17	186,9
Paraná	7.35	1.46	91,7
Santa Catarina	0.70	0.96	87,1
Rio Grande do Sul	0.14	0.92	120,7
Mato Grosso	4.85	1.37	58,9
Goiás	4.15	1.24	53,2
Distrito Federal	31.00	4.06	70,0

AS TRANSFORMAÇÕES NACIONAIS
E A DINÂMICA DO COMPORTAMENTO MIGRATÓRIO

Todos os problemas até aqui abordados são consequência do desenvolvimento de um longo processo através do tempo, para o qual, direta ou indiretamente, influíram as decisões de ordem política e econômica tomadas pelas diversas Administrações.

Estas, ainda que condicionadas ao contexto internacional, nem sempre tiveram o caráter de continuidade de que determinadas situações por si só exigiam.

Entretanto, verificamos que inúmeras mudanças estruturais foram realizadas na última década, coerentes com seus objetivos no pragmatismo consciente de suas realizações.

Apesar de norteadas pela mesma filosofia de ação, através do trabalho dos últimos governos, estas mudanças só se farão sentir, em toda sua plenitude, a médio e longo prazo pela própria natureza dos problemas que se propõem resolver.

Contudo, em vista da justiça de suas aplicações e do espírito determinado de concretizá-las, é inegável que seus primeiros resultados já se evidenciam.

O comportamento migratório, por sua própria dinâmica e sensibilidade, certamente deverá apresentar os reflexos destes resultados.

A adoção de medidas prioritárias, pelo Governo, no campo da educação e do treinamento profissional, conjugadas com uma abordagem realística dos problemas de saúde, saneamento e nutrição, é fundamental para o embasamento de uma política de fixação do homem em sua terra de origem.

Observamos, ainda, que estas medidas foram relacionadas com o desenvolvimento de um intenso programa, visando incrementar a expansão das telecomunicações, bem como maximizar os esforços na obtenção do aumento das ligações rodo-ferroviárias.

A eliminação progressiva do insulamento de certas populações, aliada à valorização dos recursos humanos, objetiva criar condições para se obter um melhor proveito econômico da utilização do espaço.

O grande incremento verificado na agropecuária do país e a prioridade exigida na implantação de agro-indústrias, mormente no Nordeste semi-árido, são fatores que visam reduzir a evasão populacional e incentivar a remigração.

É fundamental destacar, também, que a política de desconcentração industrial, pretendendo eliminar os desníveis regionais, proporcionará a criação de empregos novos. O aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra irá acelerar o processo de integração econômica, possibilitando um maior nível de bem estar social.

Assim, os contrastes e distorções tradicionalmente propalados vão cedendo lugar, gradativamente, a uma nova dimensão que se impõe no país, no desenvolvimento de seus potenciais e na própria afirmação de sua soberania perante as nações.

ASPECTOS DA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL

ANEXO- I -

POPULAÇÃO POR SEXO E NATURALIDADE, SEGUNDO
A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	POPULAÇÃO RESIDENTE											
	TOTAL			Estrangeiros			Brasileiros Naturalizados			Brasileiros Natos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL.....	93 139 037 46	331 343 46	807 694	1 082 745	579 974	502 771	146 383	91 401	54 982 91	909 909 45	659 968 46	249 941
Rondônia	111 064	58 974	52 090	1 690	756	934	147	66	81	109 227	58 152	51 075
Acre	215 299	112 191	103 108	602	334	268	102	64	38	214 595	111 793	102 802
Amazonas.....	955 235	492 062	473 173	3 351	1 990	1 361	350	248	102	951 534	479 824	471 710
Roraima	40 885	21 066	19 819	284	142	142	15	10	5	40 586	20 914	19 672
Pará	2 167 018	1 087 468	1 079 550	7 936	4 611	3 375	880	660	220	2 158 152	1 082 197	1 075 955
Amapá.....	114 359	57 467	56 892	372	247	125	23	16	7	113 964	57 204	56 760
Maranhão.....	2 992 686	1 495 826	1 496 860	975	600	375	95	68	27	2 991 616	1 495 158	1 496 458
Piauí.....	1 680 573	828 107	852 466	218	137	81	52	39	13	1 680 303	827 931	852 372
Ceará	4 361 603	2 130 241	2 231 362	1 225	728	497	204	139	65	4 360 174	2 129 374	2 230 800
Rio Grande do Norte	1 550 244	754 724	795 520	332	184	148	57	47	10	1 549 855	754 493	795 362
Paraíba.....	2 382 617	1 143 553	1 239 064	510	307	203	82	62	20	2 382 025	1 143 184	1 238 841
Pernambuco	5 160 640	2 489 712	2 670 928	5 517	3 311	2 206	869	604	265	5 154 254	2 485 797	2 668 457
Alagoas	1 588 109	776 923	811 186	445	285	160	79	54	25	1 587 585	776 584	811 001
Fernando de Noronha.....	1 241	682	559	6	1	5	-	-	-	1 235	681	554
Sergipe.....	900 744	436 628	464 116	222	125	97	28	16	12	900 494	436 487	464 007
Bahia	7 493 470	3 662 738	3 830 732	8 715	5 531	3 184	970	674	296	7 483 785	3 656 533	3 827 252
Minas Gerais	11 487 415	5 708 139	5 779 236	19 992	11 578	8 414	5 329	3 340	1 989	11 482 094	5 693 271	5 768 823
Espírito Santo	1 599 333	805 448	793 885	2 208	1 262	946	996	621	375	1 596 129	803 565	792 564
Rio de Janeiro.....	4 742 884	2 375 454	2 367 430	51 128	29 689	21 439	6 681	4 748	1 933	4 685 075	2 341 017	2 344 058
Guanabara	4 251 918	2 033 612	2 218 306	204 713	111 608	93 105	21 220	13 549	7 671	4 025 985	1 908 455	2 117 530
São Paulo	17 771 948	8 931 360	8 840 588	629 079	328 410	300 669	74 447	45 348	29 099	17 068 422	8 557 602	8 510 820
Paraná	6 929 868	3 552 021	3 377 847	64 203	34 597	29 606	16 288	10 029	6 259	6 849 377	3 507 395	3 341 982
Santa Catarina	2 901 734	1 462 702	1 439 032	7 942	4 388	3 554	2 246	1 409	837	2 891 546	1 456 905	1 434 641
Rio Grande do Sul	6 664 891	3 316 707	3 348 184	39 486	21 177	18 309	11 593	7 086	4 507	6 613 812	3 288 444	3 325 368
Mato Grosso	1 597 090	833 123	763 937	22 957	12 878	10 079	1 980	1 327	653	1 572 153	818 918	753 235
Goiás.....	2 938 677	1 503 976	1 434 701	4 701	2 862	1 839	952	691	261	2 933 024	1 500 423	1 432 601
Distrito Federal.....	537 492	270 389	267 103	3 886	2 236	1 650	698	486	212	532 908	267 667	265 241

FONTE - Recenseamento Geral - 1970.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	N A T U R A L I D A D E											
	PARÁ			AMAPÁ			MARANHÃO			PIAUI		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL.....	2 122 435	1 054 553	1 067 882	76 087	38 049	38 038	2 833 451	1 405 726	1 427 725	1 927 157	962 653	964 504
Rondônia	3 797	2 104	1 693	126	86	40	1 980	1 438	542	764	546	218
Acre	1 409	839	570	12	7	5	327	229	98	289	209	80
Amazonas	18 530	9 626	8 904	107	52	55	1 581	939	642	595	380	215
Roraima	616	383	233	21	11	10	841	507	334	208	126	82
Pará	1 977 005	988 508	988 497	3 579	1 804	1 775	44 773	24 819	19 954	8 926	5 593	3 333
Amapá	40 482	20 231	20 251	69 791	34 819	34 972	490	279	211	151	95	56
Maranhão.....	4 946	2 584	2 362	215	106	109	2 570 552	1 273 732	1 296 820	209 889	109 616	100 273
Piauí	495	238	257	81	45	36	33 293	14 595	18 698	1 562 642	769 928	792 714
Ceará	3 259	1 521	1 738	274	138	136	7 511	3 347	4 164	14 040	6 440	7 600
Rio Grande do Norte	629	286	343	21	11	10	572	286	286	380	203	177
Paraíba	260	118	142	9	7	2	476	202	274	506	244	262
Pernambuco	1 987	911	1 076	88	41	47	2 686	1 226	1 460	7 483	3 443	4 040
Alagoas	105	63	42	1	1	-	124	60	64	128	60	68
Fernando de Noronha	2	1	1	-	-	-	8	4	4	9	5	4
Sergipe	116	51	65	5	2	3	189	93	96	121	61	60
Bahia	811	380	431	91	46	45	1 140	497	643	6 125	3 062	3 063
Minas Gerais	1 245	603	642	80	41	39	1 931	960	971	2 209	1 204	1 005
Espírito Santo	225	122	103	13	5	8	178	89	89	190	91	99
Rio de Janeiro	7 716	3 757	3 959	173	87	86	6 987	3 359	3 628	3 439	1 753	1 686
Guanabara	29 787	12 897	16 890	484	249	235	24 524	10 363	14 161	10 205	4 746	5 459
São Paulo	8 861	4 273	4 588	388	195	193	8 292	4 322	3 970	29 949	17 015	12 934
Paraná	719	408	311	105	61	44	728	401	327	3 990	2 484	1 506
Santa Catarina	117	75	42	2	1	1	107	66	41	59	43	16
Rio Grande do Sul	496	250	246	8	3	5	253	162	91	154	102	52
Mato Grosso	1 466	813	653	195	119	76	3 837	2 532	1 305	3 469	2 299	1 170
Goiás	4 087	2 019	2 068	51	27	24	107 064	55 055	52 009	35 943	20 113	15 830
Distrito Federal	3 267	1 492	1 775	167	85	82	13 007	6 164	6 843	25 294	12 792	12 502

NATURALIDADE

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	CEARÁ			RIO GRANDE DO NORTE			PARAÍBA			PERNAMBUCO		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	TOTAL.....	4 925 896	2 449 982	2 475 914	1 744 831	860 793	884 038	2 890 985	1 416 473	1 474 512	5 795 296	2 843 367
Rondonia	8 134	5 194	2 940	1 317	887	430	1 091	769	322	908	628	280
Acre	10 001	6 572	3 429	1 356	913	445	690	494	196	390	306	84
Amazonas	15 871	9 590	6 291	1 750	1 158	592	1 427	959	468	1 271	846	425
Roraima	1 410	883	527	334	206	128	287	173	114	119	86	33
Pará	50 368	28 151	22 217	5 221	2 806	2 415	3 501	2 067	1 434	2 787	1 686	1 101
Amapá	1 288	759	529	464	263	201	201	134	67	94	53	41
Maranhão	156 599	82 839	73 760	7 394	3 925	3 469	10 438	5 808	4 630	14 938	7 915	7 023
Piauí	62 222	31 946	30 276	1 283	688	600	3 350	1 847	1 503	6 855	3 615	3 240
Ceará	4 214 808	2 058 643	2 156 165	26 202	13 230	12 972	42 725	21 593	21 132	23 994	11 571	12 423
Rio Grande do Norte	12 055	6 037	6 018	1 458 179	703 498	749 681	63 494	31 406	32 088	6 317	3 408	2 909
Paraíba	10 543	5 191	5 352	35 530	16 897	18 633	2 268 694	1 087 739	1 180 955	55 739	27 783	27 956
Pernambuco	38 206	18 474	19 732	17 680	5 699	11 981	119 054	54 748	64 306	4 859 732	2 349 138	2 510 594
Alagoas	2 640	1 288	1 352	1 127	574	553	6 923	3 561	3 362	83 836	43 952	39 884
Fernando de Noronha	21	14	7	231	100	131	71	45	26	402	236	166
Sergipe.....	646	294	352	383	196	187	939	480	459	4 766	2 383	2 383
Bahia	12 594	6 627	5 967	4 616	2 378	2 238	21 838	11 600	10 238	54 666	28 484	26 182
Minas Gerais	6 341	3 652	2 689	20 718	12 548	8 170	10 172	6 168	4 004	14 747	8 075	6 672
Espírito Santo	1 028	592	436	670	377	293	1 121	601	520	1 873	1 090	783
Rio de Janeiro	27 701	15 494	12 207	28 748	14 757	13 991	69 241	37 029	32 212	73 464	37 613	35 851
Guanabara	58 097	33 339	24 458	44 132	22 245	21 887	118 205	65 154	53 051	106 968	51 908	55 060
São Paulo	111 286	62 731	48 555	38 349	21 381	16 968	80 002	44 781	35 221	324 191	173 723	150 468
Paraná	45 284	25 626	19 658	5 818	3 426	2 392	18 473	10 603	7 870	89 585	50 066	39 519
Santa Catarina	279	207	72	239	131	108	180	116	64	441	284	157
Rio Grande do Sul	790	496	294	493	310	183	448	283	165	1 299	789	510
Mato Grosso	23 169	13 272	9 897	3 173	2 088	1 085	7 624	4 622	3 002	30 224	17 371	12 493
Goiás	23 841	13 882	9 950	23 807	14 592	9 215	15 016	9 286	5 730	15 712	9 292	6 420
Distrito Federal.....	30 674	18 199	12 475	11 610	6 520	5 090	25 780	14 407	11 373	20 338	11 066	9 272

NATURALIDADE

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	ALAGOAS			FERNANDO DE NORONHA			SERGIPE			BAHIA		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	TOTAL	1 987 830	932 025	965 805	5 491	2 889	2 602	1 117 842	550 838	567 004	8 467 313	4 185 018
Rondonia	327	229	98	9	4	5	197	150	47	888	617	271
Acre	86	68	18	2	2	-	88	68	18	158	122	36
Amazonas	264	175	89	17	4	13	162	108	54	360	241	119
Roraima	24	18	6	-	-	-	21	16	5	53	46	7
Pará	554	349	205	28	16	12	259	159	100	5 180	2 961	2 219
Amapá	22	14	8	-	-	-	12	9	3	54	38	16
Maranhão	1 244	683	561	26	17	9	296	172	124	3 050	1 687	1 363
Piauí	355	194	161	4	3	1	120	64	56	6 414	3 154	3 260
Ceará	10 534	4 943	5 591	25	11	14	403	199	204	1 736	851	885
Rio Grande do Norte	722	415	307	61	22	39	188	107	81	752	430	322
Paraíba	1 920	954	966	36	19	17	319	152	167	1 106	508	598
Pernambuco	57 303	25 939	31 364	424	223	201	2 404	1 162	1 242	15 279	7 111	8 168
Alagoas	1 472 751	717 241	755 510	157	92	65	7 335	3 415	3 920	2 702	1 316	1 386
Fernando de Noronha	19	9	10	420	235	185	3	2	1	2	-	2
Sergipe	21 554	10 360	11 194	72	32	40	850 277	412 110	438 167	16 100	7 794	8 306
Bahia	15 596	7 697	7 899	308	160	148	57 873	29 727	28 146	7 192 481	3 507 384	3 685 097
Minas Gerais	3 226	1 808	1 418	1 882	975	907	3 254	1 835	1 419	97 984	51 378	46 606
Espírito Santo	1 548	884	664	107	47	60	2 134	1 222	912	35 297	18 636	16 661
Rio de Janeiro	24 109	11 970	12 139	441	218	223	21 887	10 745	11 132	52 561	25 912	26 649
Guanabara	41 069	18 620	22 449	302	136	166	36 293	15 852	20 441	98 438	43 230	55 208
São Paulo	168 836	87 694	81 142	539	294	245	97 391	52 003	45 388	600 792	319 832	280 960
Paraná	52 742	28 812	23 930	444	264	180	25 341	14 876	10 465	145 279	84 301	60 978
Santa Catarina	216	147	69	3	2	1	120	80	40	527	336	191
Rio Grande do Sul	333	253	130	27	11	16	238	159	79	1 093	680	413
Mato Grosso	16 925	9 469	7 456	119	78	41	7 414	4 343	3 071	58 987	35 814	23 173
Goiás	2 362	1 429	933	17	13	4	984	635	349	94 029	53 391	40 638
Distrito Federal	3 139	1 651	1 488	21	11	10	2 841	1 468	1 373	36 010	17 248	18 762

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	NATURALIDADE											
	MINAS GERAIS			ESPÍRITO SANTO			RIO DE JANEIRO			GUANABARA		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres

TOTAL.....	14 274 877	7 095 693	7 179 184	1 762 901	879 121	883 780	4 073 046	2 004 935	2 068 111	2 954 539	1 453 023	1 501 516
Rondônia	2 069	1 158	911	1 014	559	455	251	156	95	209	124	85
Acre	96	63	33	25	18	7	148	93	55	110	69	41
Amazonas	950	555	395	86	54	32	551	305	246	918	515	403
Roraima	79	51	28	9	6	3	56	40	16	46	35	11
Pará	3 745	2 233	1 512	1 159	618	541	1 051	565	486	1 648	898	750
Amapá	106	70	36	12	9	3	59	35	24	78	49	29
Maranhão	2 381	1 326	1 055	750	405	354	390	213	177	354	178	176
Piauí	310	164	146	59	31	28	206	118	88	222	114	108
Ceará	913	450	463	114	57	57	1 148	577	571	1 459	732	727
Rio Grande do Norte	1 104	545	559	98	51	47	1 112	601	511	1 324	721	603
Paraíba	613	282	331	87	47	40	1 547	782	765	1 188	582	606
Pernambuco	2 199	1 058	1 141	421	204	217	3 825	1 887	1 938	4 706	2 330	2 376
Alagoas	779	409	370	204	98	106	965	495	470	678	368	310
Fernando de Noronha	4	3	1	1	1	-	3	1	2	14	11	3
Sergipe	385	175	210	159	88	71	775	406	369	553	271	232
Bahia	78 510	39 727	38 783	6 875	3 556	3 319	3 833	1 965	1 868	3 979	2 055	1 924
Minas Gerais	11 077 257	5 492 534	5 584 723	45 790	22 837	22 953	37 707	18 996	18 711	15 537	8 189	7 348
Espírito Santo	150 975	76 354	74 621	1 370 430	687 463	682 967	22 578	11 954	10 624	3 826	2 019	1 807
Rio de Janeiro	354 025	172 491	181 534	136 733	63 631	68 102	3 431 804	1 712 474	1 719 330	380 624	192 760	187 864
Guanabara	297 419	122 729	174 690	117 630	51 944	65 636	429 662	183 641	246 021	2 464 027	1 203 962	1 260 065
São Paulo	1 193 736	595 870	597 866	24 096	12 237	11 859	88 129	44 547	43 582	35 080	17 687	17 393
Paraná	550 995	296 189	254 204	38 272	20 304	17 968	27 384	14 784	12 600	5 164	2 686	2 478
Santa Catarina	1 995	1 137	858	203	121	82	1 373	718	655	1 494	774	720
Rio Grande do Sul	2 870	1 623	1 242	489	284	205	3 045	1 624	1 421	4 007	2 079	1 928
Mato Grosso	91 381	50 660	40 721	9 775	5 222	4 553	2 798	1 601	1 197	1 548	815	733
Goiás	357 975	188 826	169 149	2 942	1 569	1 373	1 788	994	794	1 354	683	671
Distrito Federal	102 008	49 006	53 002	5 509	2 707	2 802	10 853	5 363	5 495	24 392	12 317	12 075

POPULAÇÃO POR SEXO E NATURALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	N A T U R A L I D A D E											
	SÃO PAULO			PARANÁ			SANTA CATARINA			RIO GRANDE DO SUL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	15 151 241	7 572 973	7 578 268	4 717 259	2 366 259	2 351 000	3 021 350	1 516 124	1 505 226	7 208 125	3 594 698	3 613 427
Rondonia	1 202	704	498	1 464	748	716	113	57	56	317	204	113
Acre	130	75	55	20	13	7	32	14	18	77	58	19
Amazonas	794	492	302	211	125	86	85	53	32	322	206	116
Roraima	50	29	21	34	19	15	28	17	11	132	86	46
Pará	1 622	958	664	676	358	318	174	106	68	515	312	203
Amapá	83	45	38	17	12	5	8	6	2	39	22	17
Maranhão	778	425	353	322	167	155	64	30	34	303	154	149
Piauí	904	450	454	136	65	70	13	9	4	84	52	32
Ceará	3 291	1 632	1 659	1 128	544	584	111	45	66	514	258	256
Rio Grande do Norte	1 138	535	603	244	127	117	94	57	37	244	144	100
Paraíba	1 710	855	855	394	183	211	42	18	24	250	138	112
Pernambuco	9 969	4 942	5 027	2 413	1 140	1 273	300	176	124	1 290	682	608
Alagoas	5 234	2 631	2 603	1 123	571	552	53	25	28	132	73	59
Fernando de Noronha	2	1	1	1	-	1	-	-	-	19	11	8
Sergipe	2 457	1 198	1 259	446	223	223	78	46	32	116	67	49
Bahia	13 689	6 831	6 858	3 106	1 603	1 503	403	207	196	1 437	775	662
Minas Gerais	82 133	41 950	40 183	6 939	3 433	3 506	2 010	973	1 037	3 268	1 757	1 511
Espírito Santo	1 780	931	849	684	345	339	239	124	115	476	241	235
Rio de Janeiro	36 837	18 300	18 537	4 536	2 217	2 319	4 994	2 369	2 625	7 742	3 936	3 806
Guanabara	59 668	27 878	31 790	9 749	4 658	5 091	12 423	5 482	6 941	31 037	14 264	16 773
São Paulo	13 881 660	6 919 756	6 961 904	221 944	106 926	115 018	37 874	17 157	20 717	36 955	17 777	19 178
Paraná	797 352	411 737	385 615	4 381 684	2 201 763	2 179 921	306 017	154 326	151 691	340 389	177 290	163 099
Santa Catarina	5 596	2 889	2 707	36 391	18 443	17 948	2 582 330	1 297 049	1 285 281	258 420	133 577	124 843
Rio Grande do Sul	8 270	4 288	3 982	7 126	3 647	3 479	68 528	34 687	33 841	6 511 143	3 235 424	3 275 719
Mato Grosso	179 245	93 818	85 427	29 780	15 383	14 397	2 581	1 423	1 158	8 188	4 673	3 515
Goiás	1 354	683	671	3 503	1 758	1 745	925	496	429	1 183	681	502
Distrito Federal	15 193	7 839	7 359	3 189	1 788	1 401	1 831	1 172	659	3 533	1 836	1 697

POPULAÇÃO POR SEXO E NATURALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA	N A T U R A L I D A D E								
	M A T O G R O S S O			C O I Á S			D I S T R I T O F E D E R A L		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL.....	1 158 847	582 806	576 041	2 361 726	1 181 894	1 179 832	132 096	66 865	65 231
Rondonia.....	3 038	1 643	1 395	420	251	169	28	17	11
Acre	113	68	45	33	24	9	4	3	1
Amazonas	513	277	236	206	128	78	34	12	22
Roraima.....	50	27	23	33	23	10	1	-	1
Pará	777	416	361	18 073	9 477	8 596	120	77	43
Amapá	9	6	3	34	21	13	13	8	5
Maranhão	181	87	94	4 720	2 188	2 532	124	71	53
Piauí.....	98	52	46	409	197	212	283	148	135
Ceará	293	127	166	276	145	131	274	130	144
Rio Grande do Norte	125	64	61	377	183	194	144	67	77
Paraíba.....	139	71	68	212	95	117	174	88	86
Pernambuco	504	243	261	383	185	198	304	153	151
Alagoas	245	125	120	70	33	37	57	33	24
Fernando de Noronha	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Sergipe.....	127	60	67	26	10	16	52	21	31
Bahia	719	324	395	1 608	756	852	402	209	193
Minas Gerais	3 252	1 638	1 614	21 570	10 284	11 286	1 141	591	550
Espírito Santo.....	191	90	101	163	77	86	127	68	59
Rio de Janeiro	3 876	1 776	2 100	1 167	529	638	941	470	471
Guanabara.....	12 066	5 203	6 863	3 499	1 614	1 885	1 439	729	760
São Paulo.....	52 410	24 470	27 931	17 933	8 381	9 552	2 134	1 070	1 064
Paraná	8 024	4 091	3 933	2 362	1 239	1 123	995	493	502
Santa Catarina	779	391	388	223	114	114	134	58	76
Rio Grande do Sul	1 595	732	813	330	164	166	295	132	163
Mato Grosso	1 051 724	531 963	519 761	36 893	19 494	17 399	387	191	196
Goiás	14 551	7 148	7 403	2 180 740	1 094 538	1 086 202	3 699	1 798	1 901
Distrito Federal.....	3 448	1 655	1 793	69 960	31 743	38 217	118 740	60 228	58 512

ASPECTOS DA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL

ANEXO- II -

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E NACIONALIDADE,
SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	T O T A L			ALEMÃES	ARGENTINOS
	TOTAL	Homens	Mulheres		
TOTAIS	1 082 745	579 874	502 771	41 098	14 536
Rondônia	1 690	756	934	9	5
Acre	602	334	268	18	3
Amazonas	3 351	1 990	1 361	27	18
Roraima	284	142	142	2	-
Pará	7 986	4 611	3 375	106	31
Anapá	372	247	125	1	-
Maranhão	975	600	375	43	3
Piauí	218	137	81	26	2
Ceará	1 225	728	497	81	9
Rio Grande do Norte	332	184	148	9	4
Paraíba	510	307	203	54	8
Pernambuco	5 517	3 311	2 206	435	37
Alagoas	445	285	160	35	4
Fernando de Noronha	6	1	5	-	-
Sergipe	222	125	97	22	3
Bahia	8 715	5 531	3 184	316	91
Minas Gerais	19 992	11 578	8 414	1 078	226
Espírito Santo	2 208	1 262	946	160	15
Rio de Janeiro	51 128	29 689	21 439	1 564	291
Guanabara	204 713	111 608	93 105	3 607	1 804
São Paulo	629 079	328 410	300 669	19 049	7 988
Paraná	64 203	34 597	29 606	4 937	1 275
Santa Catarina	7 942	4 388	3 554	3 680	229
Rio Grande do Sul	39 486	21 177	18 309	5 199	2 054
Mato Grosso	22 957	12 878	10 079	279	358
Goiás	4 701	2 862	1 839	240	25
Distrito Federal	3 886	2 236	1 650	121	53

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADES DÁ FEDERAÇÃO	AUSTRÍACOS	ESPANHOIS	ITALIANOS	JAPONESES	LIBANESES
TOTAIS	7 720	115 893	128 726	142 685	21 243
Rondônia	1	9	22	86	43
Acre	-	5	33	21	18
Amazonas	5	116	194	642	73
Roraima	-	3	35	23	2
Pará	12	277	333	2 999	177
Amapá	1	5	37	99	24
Maranhão	1	32	173	110	62
Piauí	3	29	18	4	4
Ceará	8	62	74	64	55
Rio Grande do Norte	3	14	28	53	26
Paraíba	2	15	48	43	7
Pernambuco	33	215	560	364	43
Alagoas	3	29	39	22	2
Fernando de Noronha	-	-	-	6	-
Sergipe	1	11	14	5	-
Bahia	43	3 069	1 007	642	171
Minas Gerais	248	1 690	3 778	1 193	2 004
Espírito Santo	18	137	630	28	191
Rio de Janeiro	269	3 396	3 330	1 345	967
Guanabara	703	13 701	13 584	1 306	1 802
São Paulo	4 400	84 429	93 081	109 530	11 678
Paraná	982	5 462	5 279	17 903	1 798
Santa Catarina	482	128	598	250	203
Rio Grande do Sul	414	1 958	4 601	1 425	506
Mato Grosso	24	473	463	3 178	650
Goiás	37	246	494	580	582
Distrito Federal	27	382	268	764	155

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NORTE-AMERICANOS	POLONESES	PORTUGUESES	ROMENOS	RUSSOS
TOTAIS	12 331	18 822	410 216	9 587	22 460
Rondônia	31	2	35	-	2
Acre	7	-	18	-	1
Amazonas	324	4	959	2	7
Roraima	16	-	1	-	2
Pará	430	9	2 772	5	15
Amapá	8	1	37	2	1
Maranhão	91	2	216	-	5
Piauí	56	1	22	1	-
Ceará	195	26	160	3	7
Rio Grande do Norte	49	4	43	-	2
Paraíba	44	2	59	2	2
Pernambuco	395	34	2 144	56	54
Alagoas	31	2	104	3	4
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-
Sergipe	29	3	40	2	2
Bahia	338	125	1 424	47	46
Minas Gerais	603	248	4 247	92	202
Espírito Santo	86	58	393	7	7
Rio de Janeiro	259	274	34 786	102	226
Guanabara	2 802	2 306	145 933	884	1 119
São Paulo	4 703	7 085	202 330	7 214	15 173
Paraná	454	4 765	7 846	463	2 690
Santa Catarina	82	437	267	99	452
Rio Grande do Sul	410	3 183	4 328	519	2 244
Mato Grosso	211	26	816	51	97
Goiás	522	179	520	20	80
Distrito Federal	155	46	716	13	20

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E NACIONALIDADE, SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TURCOS	SIRIOS	URUGUAIOS	OUTROS	S/DECLARAÇÃO
TOTAIS	1 362	10 997	11 293	109 870	3 906
Rondônia	1	3	2	1 392	47
Acre	1	12	-	459	6
Amazonas	3	55	6	911	5
Roraima	-	2	1	189	8
Pará	1	49	7	669	94
Amapá	1	1	-	154	-
Maranhão	-	33	-	187	17
Piauí	-	20	-	28	4
Ceará	1	43	24	339	74
Rio Grande do Norte	-	1	1	88	7
Paraíba	-	4	1	195	24
Pernambuco	7	14	16	1 019	91
Alagoas	1	4	2	151	9
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-
Sergipe	-	14	2	64	10
Bahia	16	118	25	1 095	142
Minas Gerais	52	749	85	3 343	154
Espírito Santo	4	39	8	349	78
Rio de Janeiro	52	396	132	3 416	323
Guanabara	266	1 399	632	12 701	164
São Paulo	813	6 274	1 884	51 819	1 629
Paraná	38	664	236	8 823	588
Santa Catarina	3	38	59	785	150
Rio Grande do Sul	62	286	8 046	4 107	144
Mato Grosso	31	224	74	15 882	115
Goiás	1	439	22	701	13
Distrito Federal	8	116	28	1 004	10

FUNDAÇÃO IBGE
GRUPO EXECUTIVO DE PESQUISAS DOMICILIARES

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ANÁLISE SÓCIO - ECONÔMICA
FREQUÊNCIA ESCOLAR - 1973

OSMAR SETTE _____
ANALISTA ESPECIALIZADO

Dezembro - 1975

INTRODUÇÃO

Concluindo a análise da PNAD/73, iniciada em julho do corrente com a apreciação dos dados sobre Mão-de-Obra e salários, abordaremos os aspectos referentes à instrução, no que diz respeito à frequência escolar.

Como já citamos anteriormente, um estudo mais aprofundado do problema da absorção da mão-de-obra pelo mercado de trabalho necessitaria, em princípio, de uma cuidadosa investigação sobre os Trabalhadores não Remunerados.

Para se estabelecer uma abordagem ampla sobre o assunto, tanto do ponto de vista econômico quanto do social, seria necessário, ainda, que se observasse detidamente o problema da qualificação dos componentes da força de trabalho.

A especialização da mão-de-obra é um importante item na determinação das diretrizes que regulam os mecanismos próprios do mercado, no que diz respeito à relação oferta/procura/concorrência, em um instante próprio ou setor específico, como no decorrer de todo o processo de desenvolvimento da economia.

Entretanto, não é objeto da Pesquisa investigar a formação profissional dos trabalhadores, estudo que exigiria um tratamento especial pela sua amplitude e complexidade.

Desta forma, nos limitamos a observar apenas a frequência escolar, não só das pessoas integradas na força de trabalho, mas de todas aquelas que se encontravam na condição de estudantes na época da Pesquisa.

Esta condição, a nosso ver, por si própria já é um indicador de que uma parcela da população está, de alguma forma, integrada em um processo

de aprimoramento intelectual, ainda que mínimo necessário.

OBJETIVOS BÁSICOS

Em termos ideais, acreditamos que uma Pesquisa Domiciliar por amostra, realizada anualmente, deveria objetivar, na medida do possível e no decorrer de sua própria consolidação ao longo de seu desenvolvimento no tempo, atingir basicamente a seguinte condição:

- procurar obter informações no período intercensitário de forma que, considerados os possíveis erros de amostragem, pudesse oferecer resultados que se aproximassem de uma atualização da queles encontrados pelo Recenseamento Geral, proporcionando condições de se conhecerem diversos indicadores, ainda que em termos relativos, do desenvolvimento sócio-econômico do País;
- orientar o seu instrumental técnico procurando atingir, gradativamente, um alto grau de precisão através de um modelo informático que mantivesse a mesma unidade estatística com o Censo;
- envidar esforços no sentido de superar as possíveis dificuldades que impossibilitassem a divulgação não só de seus resultados em tempo hábil, como também da metodologia adotada para a consecução do trabalho e os erros esperados para as principais variáveis apresentadas pela Pesquisa.

A DIFERENÇA DE CONCEITOS

A conceituação adotada pela Pesquisa para definir a Frequência Escolar é o principal fator, em princípio, que ocasiona certas deficiências nos dados apresentados.

Enquanto o Censo de 1970 assim define a frequência à escola:

"...Investigou-se a Frequência às escolas regulares à época do Censo, mesmo quando os estudantes se encontrassem em férias, ou por qualquer impedimento de ordem pessoal ou disciplinar, não estivessem assistindo às aulas. Como escolas regulares foram consideradas aquelas que obedeciam a uma seriação nos respectivos currículos ou cursos integrados e cujo tipo de ensino estivesse regulado por dispositivo legal, incluindo-se como tal os cursos eclesiásticos regulares; por extensão, consideraram-se também como estudantes as pessoas que estivessem frequentando cursos de Alfabetização de Adultos, Cursos primários ministrados nos domicílios, e Cursos de Admissão, Artigo 99 e Vestibulares. Os informantes que realizavam cursos rápidos de especialização profissional ou extensão cultural (costura, dança, idiomas, datilografia, etc.) não foram considerados como estudantes..."

a Pesquisa considera que

"...As pessoas que, durante a semana de referência, tiveram como única ocupação o atendimento a aulas em qualquer tipo de curso oficial de ensino (desde que seriado) ou ainda, quando, além de frequentar escola, se dedicaram também, durante a semana de referência, a afazeres domésticos, foram classificadas como frequentando escola..."

Como podemos observar, o conceito publicado pela Pesquisa é bastante conciso, não dando margem para que se possam antever diferenças fundamentais.

Entretanto, a nível de manual de Instrução de campo, esta definição alonga-se em detalhamentos que excluem da condição de estudantes todas as pessoas que estivessem frequentando Cursos de Alfabetização de Adultos, Admissão, artigo 99, Vestibulares e, ainda, aquelas que estivessem em gozo de férias escolares.

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os consumidores dos dados da Pesquisa que estiverem interessados em estudar o assunto certamente irão comparar seus resultados com as informações censitárias.

Conhecedores da conceituação adotada pelo Censo, por si só conclusiva se comparada com a da Pesquisa, é muito provável que conclua tratar-se de uma só definição.

É válido supor, sobretudo, que os consumidores não poderão prever a possibilidade de eliminação das pessoas em férias escolares, quando, além de ser o senso comum, ainda é uma realidade implícita à própria condição de estudante e universalmente reconhecida.

Principalmente por tratar-se de publicações oriundas da mesma Instituição, e versando sobre o mesmo assunto, é que acreditamos que os prováveis consumidores da Pesquisa poderão encontrar dificuldades na interpretação e compreensão de seus resultados.

Ilustrando o nosso raciocínio, apresentamos uma comparação entre os dados da Pesquisa realizada em 1973, com aqueles encontrados pelo Censo em 1970.

Se eliminarmos do Censo os resultados obtidos na área Rural da Região VII da PNAD, que não foi investigada pela Pesquisa, teremos o seguin

te quadro para o Brasil:

FONTES	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS - FREQUENTANDO ESCOLA		
	Total	Homens	Mulheres
Censo/70	14.088.305	7.244.448	6.843.857
Região VII (Área Rural) ..	426.831	220.457	206.374
Censo/70	13.661.474	7.023.991	6.637.483
PNAD/73	13.114.915	6.154.388	6.600.527

Se considerarmos os dados referentes à Região II da PNAD, que se identifica com o Estado de São Paulo, em vista daqueles apresentados pelo Censo na mesma Unidade da Federação, obteremos o seguinte quadro comparativo:

FONTES	POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS - FREQUENTANDO ESCOLA		
	Total	Homens	Mulheres
Censo/70	2.973.616	1.597.236	1.376.380
PNAD/73	2.823.479	1.461.387	1.362.092

Como podemos verificar, a Pesquisa apresenta dados menores que os do Censo.

Esta diferença se torna significativa, mormente em vista do tempo que separa os dois levantamentos..

A primeira impressão que se poderá ter na análise das duas in



formações é de que a Pesquisa apresenta um dado defeituoso ou, na mais remota hipótese, poder-se-á concluir que a evasão escolar atinge níveis alarmantes, corroborada com um baixo índice de incremento educacional ou sua total inexistência.

OUTRO ASPECTO DA EVASÃO DO DADO

Além das citadas diferenças conceituais, principalmente aquela que elimina o estudante em férias, quando o levantamento foi realizado no 4º trimestre, cujo período final é tradicionalmente reservado para o encerramento do ano letivo nas escolas, convém ressaltar, ainda, outro aspecto que prejudica a compatibilização dos resultados.

Por imperativo de normas metodológicas, as atividades terciárias das pessoas na força de trabalho não são consideradas. Desta forma, as pessoas que freqüentam escola são eliminadas no processo de tabulação, quando se enquadram em uma das seguintes situações.

ATIVIDADES	SITUAÇÕES			
PRINCIPAL	T	PT	TE	PT
SEGUNDÁRIA	PT	TE	PT	T
TERCIÁRIA	FE	FE	FE	FE

Onde:

T = Trabalhando

TE = Tem emprego mas não está trabalhando

PT = Procurando Trabalho

FE = Freqüentando Escola

Desconhecemos a frequência com que ocorrem estas situações, mas julgamos não ser aconselhável que se adote tal procedimento, uma vez que o mesmo concorre para que a Pesquisa deixe de expressar ainda mais a realidade.

CONCLUSÃO

É evidente que os dados relativos à frequência escolar apresentados pela Pesquisa não permitem nenhum grau de comparabilidade com os do Censo.

Assim, torna-se inviável analisar estes dados em relação às outras características levantadas pela Pesquisa, não só quanto ao aspecto da impossibilidade de comparação, mas, principalmente, por não traduzirem em termos efetivos a verdade dos fatos que se propuseram representar.

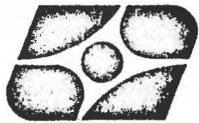
Parece-nos razoável acreditar que uma reformulação dos métodos e normas adotadas pela Pesquisa, com base na experiência dos últimos anos, poderia proporcionar um aprimoramento substancial do nível técnico que sempre se procurou imprimir à sua realização.

Objetivando maximizar a rentabilidade operacional, sem aumento significativo de meios, os recursos monetários e humanos até agora utilizados poderiam ter um melhor aproveitamento, desde que, entre outras coisas, se procurasse obter uma maior cobertura na investigação de Campo.

De posse da informação completa, como, por exemplo, o total de trabalhadores sem remuneração e o total de pessoas que frequentam escolas, a Pesquisa teria maiores possibilidades de fornecer indicadores condizentes com a realidade.



A nosso ver estaria mais próxima das metas que orientaram sua implantação, permitindo, além disto, que seus resultados pudessem ser desagregados, dentro das possibilidades técnicas, visando atender aos diversos interesses da Instituição que a patrocina e dos consumidores de seus dados estatísticos.



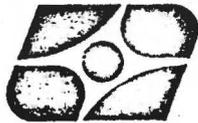
IBGE

DIRETORIA TÉCNICA
SUPED - Superintendência
de Estatísticas Primárias

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE
A ANÁLISE DA PNAD - 73

OSMAR SETTE

Janeiro - 1976



os dois inquéritos. Deve-se não perder de vista o caráter da comparabilidade internacional, sem prejuízo evidente das comparações a nível nacional.

Tudo isso não impede que a PNAD investigue em um mesmo período dois assuntos diferentes e com o mesmo grau de profundidade. Entretanto, é preciso esclarecer que, quando, por exemplo, o tópico básico é população, a ênfase tem de ser dada ao estado e à situação dos habitantes; quando o assunto escolhido é instrução, a prioridade deve ser dada aos aspectos da instrução; quando o tópico se refere à força de trabalho, essa característica tem prevalência sobre as demais; e assim por diante.

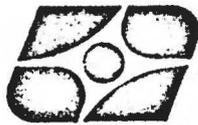
Discordamos do autor quando diz que o objeto da PNAD não é o de investigar a formação profissional dos trabalhadores. Em se tratando de um sistema, como dissemos, pode ser preparado um inquérito específico para a investigação dessa característica. A própria natureza da investigação pretende explorar ao máximo essa característica, respeitados os limites de representatividade e precisão.

Por outro lado, não se podem exaurir as tabulações da mão-de-obra com detalhes muito profundos a respeito da instrução em detrimento das primeiras.

O que seria desejável nesse caso é que, respeitando as limitações de custo, tempo e precisão, as tabulações sobre a força de trabalho fossem reduzidas para dar lugar a tabelas específicas da educação-instrução.

Assim é que, quando nos ocupamos do grupo de tabulações sobre a força de trabalho, não se podem estender por demais os detalhes de frequência à escola, curso concluído, grau de instrução etc. O que se pretende com elas é a obtenção de elementos para a análise da oferta e procura de mão-de-obra em seus vários níveis e setores de atividade. Tudo isso, respeitando as disponibilidades de pessoal e de tempo e, conseqüentemente, de recursos financeiros e da precisão das estimativas.

Também discordamos que o consumidor das informações, desavisadamente, interpretará os resultados com base nos con-



ceitos adotados nos censos de população. Para evitar isso é que se incluem nos volumes de publicação, notas técnicas, especificações de conceito e demais aspectos técnicos que esclareçam as diferenças existentes entre os dois inquéritos.

Qualquer analista ou estudioso tem por obrigação, antes de qualquer conclusão, tomar conhecimento dos conceitos adotados, da amplitude e âmbito da investigação, do grau de precisão da mesma e de outros detalhes.

Concordamos, entretanto, que os conceitos devam ser homogeneizados o mais possível. Há, todavia, aspectos que devem ser atendidos simultaneamente, quais sejam a possibilidade de comparação entre os dados do Censo brasileiro e da PNAD, o grau de comparabilidade entre os censos nacionais e os censos internacionais, e o grau de comparabilidade entre a PNAD e as pesquisas internacionais de mesmo tipo.

Já se constatou mesmo que de um censo para outro pode surgir a necessidade de modificar determinados conceitos e definições, o que fatalmente reduz o grau de comparabilidade entre um e outro. A própria PNAD-72 adotou em 1972 um documento básico sobre mão-de-obra e um documento complementar. Enquanto no primeiro se procurava estabelecer as características dos trabalhadores familiares sem remuneração de forma rígida e fechada, o suplemento era mais elástico, admitindo até trabalhadores sem remuneração que não fossem parentes do chefe.

A razão é que, enquanto por um lado se procurava manter a tradição do levantamento da mão-de-obra familiar sem remuneração, por outro, se procurava atender à solicitação da SUPED que visava a um aspecto mais sociológico da questão, procurando inclusive relacionar a profissão do indivíduo com a profissão do pai ou de parentes próximos, na época de seu ingresso na força de trabalho.

A melhor possibilidade a ser explorada seria de que, no conjunto de questionários a serem adotados, as tabulações do estado e situação da população pudessem conter informações



detalhadas sobre a educação-instrução da população. Aí caberia perfeitamente que se esgotassem (caso necessário) todos os aspectos a respeito dos que freqüentam escola e dos que concluíram cursos regulares e até de pós-graduação, alfabetização de adultos, Art. 99 etc. Ou então a inclusão de um inquérito especial sobre educação.

Quando se trata, porém, do estudo de mão-de-obra, em que, devido às limitações técnico-financeiras, não se pode ir, com um bom grau de significância, além da investigação da atividade secundária, não há como dar ênfase à educação-instrução sem prejuízo das tabulações da força de trabalho.

As razões para as diferenças de conceito entre a PNAD (e, de um modo geral, entre as pesquisas domiciliares adotadas internacionalmente) e o Censo já foram explicadas várias vezes. É preciso ainda frisar que o conceito é de "freqüentando escola" e não de "estudando".

Através do conceito de freqüentando escola podem-se obter elementos para a investigação da oferta/demanda de escolas e para a oferta/demanda de cursos regulares.

A freqüência escolar não é um assunto que se enquadre com prioridade na investigação da mão-de-obra. Deve ser estudada em um capítulo à parte; é assunto para fazer parte das tabulações de população ou das de educação. Esses assuntos também poderão ser estudados em uma pesquisa conjunta de educação-treinamento-mão-de-obra-migração, guardadas, entretanto, as limitações de um levantamento por Amostragem.

Esses e outros aspectos poderão ser discutidos pessoalmente se o autor assim o desejar.

É impossível planejar pesquisas por amostra de propósitos múltiplos que atendam, com o mesmo grau de precisão e de comparabilidade com outros inquéritos, a todas as características ali incluídas. O aperfeiçoamento terá que ser gradativo e cuidadoso.

Carlos Marcos Barbosa-Estatístico

Em 13 de janeiro de 1976.



- 1) O Censo não se limita, apenas, a contar pessoas. Como estado e situação da população entende-se, principalmente, as características sobre mão-de-obra, migração interna, renda, instrução e outros quesitos.
- 2) O período intercensitário é bastante longo para promover alterações substanciais, e até mesmo profundas, no estado da população, mormente se consideradas as medidas governamentais de longo alcance social.
- 3) Todo e qualquer Sistema de Informações norteia-se por uma diretriz geral, cuja principal norma é manter a uniformidade de critérios, objetivando atingir os fins propostos em qualquer área de investigação.
- 4) A comparabilidade internacional perde seu significado quando impede as comparações nacionais. As Pesquisas Nacionais normalmente são montadas tendo em vista normas técnicas internacionais. No caso da "frequência escolar" tanto a definição da UNESCO, quanto a da Itália, França, Alemanha e, inclusive, a dos Estados Unidos, é a mesma adotada pelo Recenseamento Geral do Brasil. O plano Atlântida, contudo, e tendo em vista sua elaboração puramente teórica, desenvolveu critérios próprios muito mais academicistas que propriamente práticos, distanciando-os das normas técnicas geralmente adotadas pelas diversas investigações nacionais. Não podemos considerá-lo, desta forma, como um padrão internacional.
- 5) Os próprios fatos demonstram que a PNAD brasileira caracteriza-se muito mais como um modelo de pesquisa rotineira de certas características da população, que propriamente um Sistema de Informações sócio-econômicas.
- 6) Não acreditamos que no processo de tabulação deva-se necessariamente mutilar as informações sobre mão-de-obra para que se possa obter melhores resultados sobre a instrução. Concordamos, entretanto, que as limitações financeiras possam prejudicar a qualidade técnica.



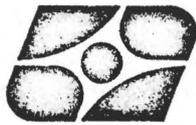
- 7) É evidente que qualquer analista irá procurar obter melhores informações a respeito da metodologia adotada pela Pesquisa. Contudo, concluímos que este possível analista teria que recorrer a outros meios para atingir este objetivo, já que as notas técnicas e especificações de conceitos publicados pela Pesquisa não são claras e especificamente concludentes.
- 8) Acreditamos que a adoção de dois critérios diferentes para definir o mesmo assunto, no desenvolvimento de uma mesma investigação, não é um procedimento técnico que se poderia recomendar.
- 9) A propósito da PNAD/73, acreditamos que o aspecto sociológico solicitado pela SUPED, por si só evidencia a necessidade dos dados em termos práticos, que deve ser o objetivo de qualquer pesquisa, em detrimento lógico e justificável de um modelo teórico tradicional e por isto mesmo estático no tempo.
- 10) O atual conceito de "frequência escolar" da PNAD impossibilita qualquer estudo real sobre a oferta/demanda de escolas, limitando, como já dissemos, o instrumental para a obtenção dos dados globais em benefício da investigação de apenas parte deles.

Rio de Janeiro, RJ, em 14 de janeiro de 1976.

Osmar Sette

Analista Especializado Senior

Departamento de Estatísticas Populacionais e Estudos Sociais



IBGE

DIRETORIA TÉCNICA
SUPED - Superintendência
de Estatísticas Primárias

ALGUNS ASPECTOS SÓBRE A IN-
CLUSÃO DO PRINCÍPIO CLASSI-
FICATÓRIO "COR" NA PNAD - 76

OSMAR SETTE

Junho - 1976

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A INCLUSÃO DO PRINCÍPIO CLASSIFICATÓRIO
"COR" , NA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS/ 1976.

Osmar Sette
sociólogo

Com relação ao trabalho proposto para a inclusão de item "cor" na PNAD-76, temos as seguintes observações a considerar:

1.- O aspecto técnico da coleta

Referindo-se à pergunta aberta ou fechada para os entrevistados, entendemos que, no primeiro caso, o constrangimento normal das pessoas entrevistadas poderia distorcer a informação; quanto ao segundo aspecto do assunto abordado, acreditamos que, mesmo condicionando quesitos fechados, estaríamos nos baseando no critério de avaliação do pesquisador. É evidente que apesar de instruído, teóricamente, nos conceitos e normas pré-estabelecidas pela pesquisa, este faria um julgamento pessoal dos fatos observados, e que nem sempre poderiam condizer com a realidade.

2.- As implicações teóricas do processo

Acreditamos poder separar dois aspectos importantes no campo das relações inter-étnicas.

Se levarmos em conta uma série de teorias sociológicas, do ponto de vista geral, diligentemente elaboradas por famosos sociólogos, poderemos concluir uma certa coerência..



Mas, ao mesmo tempo, considerando que no campo das ciências sociais - e há de se estabelecer modelos puramente teóricos muitas vezes contraditórios com a realidade dos fatos observados - mórmente na sociologia e psicologia social, - disciplinas eminentemente nomotéticas - a inviabilidade de se estabelecer a "cor" dos indivíduos nos parece patente em virtude do desenvolvimento dinâmico destas próprias disciplinas em função do processo social.

Independente de teorias extensamente desenvolvidas a respeito do assunto, devemos nos ater, pelo que nos parece eyidente, às condições implicitamente brasileiras.

Alguns pesquisadores têm desenvolvido uma série de estudos a respeito das relações inter-étnicas. Acreditamos que, e a experiência histórica nos demonstra, que países ou certos grupos humanos possuidores de uma cultura antropológica tradicionalmente assimilada, não podem ser comparados conosco.

Ora, se nós, tanto como grupo social como político, estamos em processo de formação cultural, não sentimos - por não existir em termos gerais e particularmente significativos - as consequências de uma ruptura racial que se defina: e que se afirme em caráter irreversível.

Em países e grupos cuja cultura antropológica está em processo de formação, como o é o nosso, não acreditamos que a "cor" dos indivíduos pudesse dar algum subsídio considerável. Mórmente se considerarmos que, em face do problema migratório, nosso país está mesclando uma nova raça, tanto no sentido antro-cultural, quanto em decorrência da própria miscigenação daqueles que aqui vieram se estabelecer.

Não acreditamos que uma diferença étnica possa gerar um conflito de classe, no Brasil, como ocorre, principalmente, nos Estados Unidos da América e na África do Sul.

Qualquer conflito de classe, a nosso ver, está muito mais afeto a problemas econômicos, independentemente do aspecto de raça ou de cor das pessoas eventualmente envolvidas.

Se analisarmos o problema de castas, no nosso caso, ele praticamente inexistente se comparado com a Índia ou os guetos americanos.

Não acreditamos que a cor possa ser um indicador eficiente de um grupo racial ou étnico, no nosso meio, principalmente pela miscigenação e mesclagem destes próprios grupos. Nem tampouco possam oferecer subsídios efetivos para um estudo mais aprofundado da mobilidade social, principalmente em termos de estratificação.

Outro aspecto importante, no nosso entender, é o que se refere ao Regionalismo.

Se levarmos em conta, por exemplo, a posição do negro no Rio Grande do Sul ou São Catarina, é muito provável que sua posição possa ser inferior em termos de "status" social - o que é um caso específico e não genérico no Brasil - principalmente por se constituir minoria em relação a um grupo branco lá há mais tempo radicado, tendo, ainda, limitações de ordem cultural e linguística:.

por outro lado, a situação social do negro na Bahia é diametralmente oposta.

Entretanto, se enfocarmos o aspecto cultural do ponto de vista das relações^N inter-étnicas, vamos verificar um perfeito entrosamento entre os grupos. Basta citar a crescente proliferação das religiões africanas - tanto no norte quanto no sul do país - e sua perfeita assimilação por outros grupos, sincretizando credos alheios à raça e cultura negra.

Concluindo, consideramos que a inclusão do item cor não possibilitará condições para a elaboração de um estudo a respeito dos objetivos propostos.

Se verificarmos o grupo étnico japonês, por exemplo, vamos encontrar uma população de nisseis que, na prática, estão integrados na sociedade brasileira. Tanto no aspecto sócio-econômico quanto no cultural, eliminando, desta forma, os possíveis conflitos que poderiam gerar uma relação inter-étnica de povos diferentes.

Não acreditamos que classificar um nissei como amarelo, possa alterar o quadro de integração em uma nova nacionalidade, de uma raça emergente numa cultura em formação. Isto é válido, no nosso entender, para os negros, mestiços, caboclos ou mamelucos.

Reafirmamos que a cor das pessoas, na sociedade das classes brasileira, não prevalece sobre os fatores eminentemente sócio-econômicos. Estes, por sua vez, geram conflitos que independem da etnia das pessoas e não são gerados por suas relações raciais.

Rio, 30 de Junho de 1976

OSMAR SETTE

Analista Especializado Senior

Superintendência de Estatísticas
Primárias - Diretoria Técnica

